



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.043.628/0001-13



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Claro Telecom Participações S.A. ("Claro Telecom" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

1 - INTRODUÇÃO

A Companhia foi constituída em 27 de setembro de 2004, é sediada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas diretas e indiretas, explora principalmente serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos a regulação da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), bem como serviços de outras naturezas, dentre os quais a exploração de capacidade satelital, *streaming*, Serviço de Valor Adicionado - SVA e *call center*, além de comercialização e locação de equipamentos. A Companhia explora, ainda, por meio da controlada, atividades de instituição de pagamentos.

A Companhia detém o controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes sociedades:

- Claro S.A. ("Claro"): Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Pessoal - SMP, Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC e Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, além de outros serviços como "Streaming", Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de equipamentos.

- Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT"): Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia - SCM, bem como serviços de outras naturezas tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de bens.
- Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (*Direct To Home-DTH*), bem como serviços de outras naturezas tais como Serviços de Valor Adicionado - SVA, provimento de capacidade satelital, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.
- Americoil S.A. ("Americoil"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens.
- BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter"): Prestação de serviços de tele atendimento, intermediação de negócios e atendimento presenciais, dentre outras atividades correlatas.

- Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales S.A. (Argentina): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Musica LLC (EUA): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Reyc Comercio e Participações Ltda. ("Reyc"): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.
- Telmax do Brasil S.A. ("TdB"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens, bem como prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA.
- Claro Pay S.A. - Instituição de Pagamento ("Claro Pay"): Exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas.

Operações societárias relevantes:

Em dezembro de 2019 nosso acionista controlador América Móvil adquiriu algumas empresas no exterior, dentre as quais a controladora indireta da empresa brasileira Nextel Telecomunicações Ltda. (atualmente denominada Claro NXT Telecomunicações S.A.). No final de outubro de 2020, a Anatel concedeu anuência para consolidação das outorgas e frequências de serviço celular da Claro NXT no Claro, permitindo que a Claro passasse a deter participação acionária na Claro NXT. A consolidação das outorgas e frequências de serviço celular da Claro NXT no Claro, assim como as movimentações financeiras e societárias que permitiram que a Claro passasse a deter participação na Claro NXT, foram realizadas em 05 de fevereiro de 2021. Ainda, em abril e junho de 2021 a Anatel aprovou, respectivamente, a operação societária referente à cisão parcial da Claro e a transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT, no contexto da Claro transferir os respectivos patrimônios e administrações do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e parte do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM (acesso à internet de Banda Larga) para a Claro NXT. As movimentações financeiras e societárias que permitiram tal operação foram realizadas em 30 de junho de 2021.

Compra da operação de telefonia móvel - Serviço Móvel Pessoal do Grupo Oi:

Em 14 de dezembro de 2020 foi aprovada a proposta de compra da operação móvel do Grupo Oi ("UPI Ativos Móveis"), feita em conjunto pela Claro, Telefônica Brasil S.A. e TIM S.A. ("Compradoras"). O valor de compra totaliza R\$16,5 bilhões (incluindo R\$756 milhões por serviços a serem prestados no período de transição por até 12 meses pelo Grupo Oi às Compradoras), sendo a Claro responsável por R\$3,7 bilhões. Em 28 de janeiro de 2021 foi celebrado entre as Partes o contrato de compra e venda de ações e outras avenças relacionado às UPI Ativos Móveis. A consumação da aquisição pelas Compradoras da UPI Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das compradoras adquirirá ações de uma SPE (Sociedade de Propósito específico) contendo sua parte dos ativos. O fechamento da aquisição está sujeito a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação e que estão previstas no contrato.

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE, em deliberação ocorrida na 190ª Sessão Ordinária de Julgamento, aprovou a venda da UPI Ativos Móveis para Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel") e Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi S.A.") para as Compradoras, sujeita à celebração e ao cumprimento de condicionantes previstos no Acordo em Controle de Concentrações. A decisão do CADE foi publicada no Diário Oficial da União (DoU) em 16 de fevereiro de 2022. Não obstante as aprovações do CADE e da ANATEL, esta última publicada no Diário Oficial da União (DoU) do dia 1º de fevereiro de 2022, o fechamento da Transação ainda está sujeito a verificação de condições precedentes adicionais que ainda não foram verificados.

2 - CENÁRIO MACROECONÔMICO

Em 2021, com o crescente aumento da vacinação contra o Covid-19 das populações dos países, a economia mundial entrou em processo de recuperação gradual. O cenário global fortemente impactado pela crise sanitária, com efeitos nas cadeias produtivas, aumento de custos industriais e alta da inflação, certamente ainda deverá demandar tempo para a plena recuperação da atividade econômica em grande parte dos países por mais algum tempo.

A economia brasileira não escapou desse quadro global, e o desempenho observado dos indicadores econômicos reforçam a percepção de evolução gradual, destacando inclusive nas primeiras medições na nova tecnologia 5G; (i) internet móvel mais rápida do Brasil e da América do Sul; e (ii) banda larga fixa de maior consistência e estabilidade.

Diante deste cenário de recuperação econômica e da crise sanitária mundial, no decorrer de 2021, o Banco Central fez sucessivos aumentos na taxa básica de juros (SELIC), encerrando 2021 a 9,15%a.a. (contra 2%a.a. no final de 2020). A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2021 cotada a R\$ 5,5805, (7,4% acima da taxa de encerramento de 2020, que foi de R\$5,1967).

Para 2022, a expectativa é pela manutenção do processo de recuperação gradual da atividade econômica no país, com retomada da agenda de reformas estruturais e de ajuste fiscal. No entanto, as eleições, nos âmbitos, federal e estaduais, podem trazer instabilidade política e afetar o ritmo de recuperação econômica.

3 - PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS IMPACTOS

Neste ano de 2021 extremamente atípico e desafiador, marcado pela continuidade da pandemia do COVID-19, foi dado seguimento ao funcionamento do Comitê de Crise (criado desde o início da pandemia em 2020), formado por membros da alta administração da Companhia com objetivo de dar celeridade às avaliações e decisões sobre as medidas preventivas e necessárias à continuidade dos negócios, à manutenção de adequado relacionamento com *stakeholders*, assim como a preservação da saúde, segurança e tranquilidade dos colaboradores e seus familiares.

Destacamos abaixo as principais medidas adotadas que visaram atenuar os efeitos da pandemia para nossos clientes, fornecedores, parceiros e colaboradores, e para a sociedade de uma forma geral:

- Em apoio aos clientes massivos, procuramos desde o início do isolamento social mantê-los conectados, incentivando o uso de serviços por meio de canais digitais e flexibilizando as condições de pagamento para os mais impactados;
- Para os clientes de pequenas e médias empresas, altamente afetados pelo isolamento social, com objetivo de minimizar os prejuízos experimentados neste período, foi disponibilizada a plataforma "Push do Bem", através da qual tais clientes puderam anunciar, de forma 100% online, seus produtos ao mercado;
- Para os clientes corporativos, com intuito de apoiá-los em suas necessidades imediatas e na continuidade de seus negócios, foram lançadas soluções tais como o Smart Office e soluções de nuvem, que facilitaram a adoção do trabalho remoto. Destaca-se também as soluções que contribuíram com os Governos na distribuição do auxílio emergencial, em ações de e-Learning e no funcionamento dos hospitais de emergência;
- Fornecemos suporte para garantir que a rede continuasse funcionando normalmente, apesar do crescimento significativo observado no consumo dos clientes, que precisaram trabalhar e estudar massivamente de forma remota;
- Provimento de infraestrutura necessária aos colaboradores e seus familiares para que os mesmos pudessem trabalhar com saúde e segurança em sistema de home office. Para aqueles colaboradores cujas atividades foram enquadradas como essenciais e que portanto precisaram manter o exercício de suas atividades in loco, foram fornecidos todos os equipamentos de proteção necessários para mantê-los trabalhando com segurança.
- Até o momento, pode-se dizer que a Companhia não sofreu impactos materiais em seus negócios em decorrência da pandemia, além daqueles obviamente decorrentes de um cenário econômico mais adverso (desemprego, inflação, inadimplência, etc.). A Administração segue focada em adotar medidas visando atenuar os efeitos da pandemia aos clientes, fornecedores, parceiros, colaboradores e à sociedade de uma forma geral, assim como em tomar as medidas necessárias com o objetivo de manter a saúde financeira, a liquidez e capacidade operacional dos negócios.

4 - DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia e suas controladas, obtiveram em 2021 uma destacada performance operacional nos mercados em que atuam.

- Relevantes conquistas no ano:**
 - Em janeiro de 2021, a Claro lançou oficialmente o "Claro Box TV", serviço prestado a partir de aparelho de *streaming*, uma alternativa moderna em termos de conteúdo e entretenimento;
 - A Claro, a Embratel e a AWS (Amazon Web Services) anunciaram parceria para geração de novas oportunidades de negócios e para acelerar a adoção de aplicações inovadoras baseadas em nuvem;
 - Claro premiada como "Empresa do Ano" pelo Anuário Telecom, fórum que analisa o desempenho financeiro de todas as empresas brasileiras no segmento de telecomunicações;
 - Ookla, plataforma mais popular e referência em testes e análises, reconheceu a Claro como (i) rede móvel mais rápida e mais bem avaliada pelos consumidores, se destacando inclusive nas primeiras medições na nova tecnologia 5G; (ii) internet móvel mais rápida do Brasil e da América do Sul; e (iii) banda larga fixa de maior consistência e estabilidade;
 - Carteira digital Claro Pay atingiu 1 milhão de downloads em dezembro/2021, sendo o app nº 1 na Google Play Store no Brasil em downloads, considerando todas as categorias (redes sociais, banco digital, carteiras, *streaming*, *e-commerce*, etc.); e
 - Plataforma Claro Cursos reconhecida pelo Google como o melhor app para crescimento pessoal do Brasil.

- ✓ Crescimento de 16,2% na base de pós-pago contra 2020, adicionando 5,8 milhões de clientes, impulsionado pela liderança de net adds e portabilidade de linhas;
- ✓ No Segmento Corporativo, crescimento de receita de 107,6% em Banda Larga móvel, 105,5% em Cloud, 49,0% em Segurança, 20,6% em Plataforma de Conectividade com Internet, 13,9% em Plataforma de Mobilidade e 11,3% em M2M/IoT;
- ✓ Receita líquida de serviços móveis com crescimento em 2021 de 9,7% no comparativo com 2020;
- ✓ Margem EBITDA de 41,4% em 2021, mantendo-se jornada de crescimento sustentável dos negócios, apesar de toda a pressão inflacionária sobre os custos operacionais.

Serviços Móveis

A Claro continua liderando o crescimento no segmento pós-pago, com ganho de 0,6 p.p. de *market share* nos últimos doze meses, atingindo 30,5% de participação em dezembro de 2021 e adicionando 5,8 milhões de clientes na comparação anual. A base de pós-pago cresceu 16,2% em relação a 2020. A base no segmento pré-pago fechou 2021 com 29,1 milhões de assinantes. Nosso portfólio pré-pago segue atraindo clientes com potencial de geração de receita e viabilizando novas oportunidades para migração desses clientes para portfólios pós-pagos de maior ARPUs e rentabilidade. As promoções mensais cresceram 15 p.p no mix do produto nos últimos doze meses, contribuindo para o aumento da receita.

Enocramos 2021 com um total de 70,5 milhões de clientes móveis, liderando o saldo líquido de portabilidade com 329 mil de linhas portadas, atingindo um saldo líquido de 1,6 milhões linhas portadas em 2021.

Com o início do espectro 5G em 2021, ampliamos nossa cobertura, lançando o serviço na frequência de 2,3GHz nas cidades de São Paulo e Brasília. Segundo a Ookla, a Claro foi reconhecida como a rede móvel mais rápida do Brasil no 4T21, inclusive nas primeiras medições feitas utilizando a nova tecnologia 5G. Na rede 4.5G, a Claro tem a melhor cobertura, presente em 2,3 mil cidades, atingindo 79,9% da população beneficiada por uma rede móvel de alta performance.

Em março de 2021 lançamos nossa carteira digital Claro Pay. Ao final de 2021 atingimos 1 milhão de downloads e 700 mil usuários ativos, e ao longo do mês de dezembro foi o App nº 1 na Google Play Store no Brasil, superando todos os outros Apps em todas as categorias, como redes sociais, banco digital, carteiras, *streaming* e e-commerce.

Nossa plataforma Claro Cursos, incluída em todos os planos móveis e criada para ajudar nossos clientes com capacitação técnica e alternativas para gerar renda extra através do celular, foi reconhecida pelo Google como o melhor app para crescimento pessoal do Brasil em 2021.

Foram reconhecidas, mais uma vez, pela Ookla, líder global em aplicações de testes de banda larga, dados e análises, como a internet móvel mais rápida do Brasil (Brazil's Fastest Mobile Network) e da América do Sul (South America's Fastest Mobile Network), sendo ainda a rede móvel mais bem avaliada pelos consumidores (Brazil's Top Rated Mobile Network), de acordo com medições realizadas no primeiro semestre de 2021.

Serviços Residenciais

A Claro segue liderando o mercado de banda larga nacional, com 23,5% de *market share* em dezembro de 2021, e também em "ultra broadband" (conexões acima de 34 Mbps), com 26,4% de *market share*. Como parte da nossa estratégia de oferecer banda larga de alta velocidade e qualidade, mais de 80% dos novos planos comercializados no 4T21 ofereceram velocidade acima de 250 Mbps. Recentemente lançamos o plano de 1Gbps nacionalmente, o que continuará ajudando a acelerar as conexões de internet no Brasil.

Esses movimentos permitiram que a Claro obtivesse a velocidade média das conexões de banda larga nos últimos 12 meses.

A cobertura total da rede fixa da Claro no Brasil alcançou 35,7 milhões de domicílios em 372 cidades. Dando continuidade a nossa estratégia de expansão da fibra, em 2021 foram lançadas 88 novas cidades com a tecnologia FTTH (Fiber To The Home), totalizando assim 168 cidades que atendem 3,2 milhões de domicílios nessa tecnologia.

Seguimos líderes absolutos em TV por assinatura, com 43,0% de participação de mercado, e nossa principal estratégia é ter a mais ampla oferta de conteúdo disponível. Uma nova versão de software compatível com nossos decodificadores de TV de última geração possibilitam uma nova interface de uso e agrega a capacidade de acessar aplicativos de *streaming* como a Netflix. O NOW, nossa plataforma VOD, continua liderando no mercado brasileiro, alcançando 91 mil títulos e mais de 103,9 milhões de transmissões em 2021.

O Claro Box TV apresentou forte crescimento de vendas, atingindo 255,7 mil de assinantes em 2021.

A Claro segue reconhecida por sua oferta multiproduto, abrangendo soluções de conectividade em residências e mobilidade, e como resultado dessa estratégia, alcançamos 17% de crescimento anual em residências convergentes, com serviços fixos e móveis atendendo toda a família.

A Claro também foi destacada como a operadora que oferece a Banda Larga Fixa mais consistente e estável do Brasil, de acordo com dados do Speedtest® by Ookla®, segundo critérios técnicos da plataforma de medição. A Claro obteve a melhor pontuação do quesito consistência, entregando a conexão de alta velocidade mais confiável e estável para residências durante o período de pandemia, mesmo com a alta incidência de trabalho, educação e entretenimento remotos.

Mercado Corporativo

Atingimos no último trimestre de 2021 o melhor resultado desde 2019. Em comparação ao ano anterior, crescemos relevantemente a receita em alguns produtos e serviços, com destaque para 107,6% em Banda Larga, 105,5% em Cloud, 49,0% em Segurança, 20,6% em Plataforma de Conectividade com Internet, 13,9% em Plataforma de Mobilidade e 11,3% em M2M/IoT.

Destacamos em 2021 o lançamento das seguintes plataformas de serviços e soluções para grandes clientes corporativos:

- A Claro, a Embratel e a AWS (Amazon Web Services) anunciaram parceria para a geração de novas oportunidades de negócios e para acelerar a adoção de aplicações inovadoras baseadas em nuvem. A primeira iniciativa é a adoção da tecnologia de computação em nuvem da AWS para implementação de um Centro de Excelência de Cloud (Cloud Center of Excellence - CCoE), que apoiará a adoção de soluções em diversas iniciativas, segmentos e portfólios da empresa.
- Embratel e AWS vão compartilhar também esforços comerciais e a sinergia das suas forças de vendas, desenvolvimento e suporte. A aposta é apoiar da melhor forma os clientes da Embratel, sejam eles de governo ou empresas privadas de todos os portes e segmentos, que também estiverem inovando ou aprimorando suas jornadas para adoção estratégica de nuvem;
- Embratel Connect + ID, uma plataforma de autenticação que garante acesso seguro dos usuários a sistemas corporativos sem a necessidade de senhas. Centralizando o gerenciamento de credenciais de forma simples e com forte camada de segurança, a solução elimina o uso de VPNs, oferecendo acesso direto, seguro e gerenciado a dispositivos e sistemas em redes privadas. A solução é indicada para empresas que buscam obter segurança na comunicação em diversas aplicações, por exemplo, em segurança para trabalho remoto, dispositivos IoT em chão de fábrica (indústria automotiva, agronegócio, siderúrgicas, mineradoras, etc).
- Cloud Edge, que aproxima os aplicativos corporativos conectados das fontes de dados, usando um sistema de computação distribuída, com reduzido tempo de resposta (latência);
- Omnicchannel GOV, contact center em nuvem que unifica todos os canais de contato e atendimento, em uma visão 360° de comunicação com os clientes finais, provendo toda infraestrutura e ferramentas necessárias para melhorar a experiência e otimizar custos operacionais;
- BLD Seguro, para clientes que precisam de um link dedicado e não renunciam à segurança e ao suporte especializado, sem necessidade de investimentos na compra de equipamentos, licenças, contratação de mão de obra especializada;
- Google Workspace, solução importante da plataforma de TI com objetivo de melhorar a experiência no Relacionamento (CX) dos clientes. Este serviço contempla ferramentas de comunicação, produtividade e de colaboração para empresas de todos os portes;
- WFI Seguro, serviço de segurança em rede sem fio com portal analítico, que permite o gerenciamento de diversas características de acesso às redes com a estabilidade e a segurança de uma solução corporativa.

Satélites de Comunicações

Atuamos no mercado satelital de duas formas: com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (circuitos para dados e voz, internet e televisão) e por meio de uma Unidade de Negócio que fornece capacidade satelital para diferentes aplicações como televisão (Banda C e Banda Ku), redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina.

Em 30 de julho de 2021 foi lançado o novo satélite Star One D2, possibilitando a ampliação de ofertas de backhaul, banda larga, capacidade de dados, vídeo, internet e transmissão de sinais para TV, para governos e empresas, em todo o território nacional, Américas do Sul e Central e no México.

O espaço das novas coberturas do satélite Star One D2 soma-se a dos satélites já em operação, Star One C2, C3, C4 e D1, refletindo a visão da empresa de alcançar as novas províncias da conectividade satelital no Brasil e em toda a América Latina, fortalecendo sua posição de liderança visual.

5 - DESEMPENHO FINANCEIRO

Em 2020 a Companhia linha participação societária em algumas empresas do grupo no Brasil cujos resultados não consolidava, por não possuir o controle destas empresas. Em 2021 estas empresas passaram a ser consolidadas pela controlada Claro S.A. Os resultados considerados e comentados a seguir contemplarão todos os negócios no Brasil (profirma "Consolidado Claro Brasil").

O resultado das operações no Brasil divulgado pelo acionista controlador, por sua vez, elimina os efeitos de transações entre companhias do grupo e processa certas reclassificações para fins de divulgação.

Para melhor entendimento dos resultados, veja quadro abaixo.

Em R\$ milhões	4T21			4T20			12M21			12M20		
	Receita	EBITDA	% EBITDA	Receita	EBITDA	% EBITDA	Receita	EBITDA	EBITDA	Receita	EBITDA	EBITDA
Consolidado Claro Brasil - Claro Participações	10.204	4.385	43,0%	10.141	4.234	41,7%	39.718	16.532	41,6%	39.458	16.066	40,7%
Eliminação de transações intercompanias e reclassificações	(35)	(165)		(65)	(161)		(187)	(541)		(265)	(525)	
Consolidado Claro Brasil - divulgação América Móvil	10.169	4.220	41,5%	10.075	4.073	40,4%	39.531	15.991	40,5%	39.193	15.542	39,7%

Os dados financeiros apresentados e comentados a seguir consolidam os resultados de todas as empresas que compõem a estrutura societária do Consolidado Claro Brasil.

RS Milhões	4T21	4T20	Δ%	12M21	12M20	Δ%
Receita líquida Total	10.204	10.141	0,6%	39.718	39.458	0,7%
Serviços	9.682	9.533	1,6%	37.970	37.694	0,7%
Receita Móvel	4.536	4.189	8,3%	17.354	16.300	8,3%
Receita fixa e Outros	5.147	5.344	-3,7%	20.616	21.664	-4,8%
Aparelhos	393	488	-19,4%	1.248	1.289	-3,1%
Interconexão	128	120	7,1%	500	475	5,2%
EBITDA	4.385	4.234	3,6%	16.532	16.066	2,9%
Margem EBITDA	43,0%	41,7%	1,2 p.p.	41,6%	40,7%	0,9 p.p.

Em 2021 a receita líquida total foi de 39,7 bilhões de reais, 0,7% acima do mesmo período de 2020. Destaque para o crescimento de 8,3% na receita líquida de serviços móveis.

O EBITDA em 2021 totalizou 16,5 bilhões de reais, 2,9% acima do mesmo período de 2020 e margem EBITDA de 41,6%. A Administração da Companhia segue focada na implementação de ganhos de eficiência operacional, sinergias, simplificação e digitalização de processos, como forma de manter o crescimento constante e sustentável da companhia EBITDA.

6 - INVESTIMENTOS

A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo ao desenvolvimento e crescimento do país.

A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Em 2021, mesmo em um cenário de pandemia, a Companhia investiu R\$16,3 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede, equipamentos de TV por assinatura e banda larga e licença de outorga, incluindo o montante de R\$ 4,6 bilhões oriundo do leilão 5G.

7 - AMBIENTE REGULATÓRIO

A Companhia, por meio de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas à regulamentação e à fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Ao longo de 2021, foram publicados importantes regulamentos, dentre os quais se destacam o Regulamento de Adaptação das Concessões; a minuta do Termo Único para exploração dos serviços (Res. nº 714/2021); o Regulamento de Continuidade da Prestação de STFC; o Regulamento de Fiscalização Regulatória; e as alterações no Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, incorporando premissas da teoria responsiva da regulação.

Há ainda diversos temas sobre certificação, numeração e gestão do espectro, esta última temática incluindo atribuições, destinações, condições de uso. Além disso, destacamos a aprovação da Lei nº 14.173/2021, que garantiu que o recolhimento de contribuições e taxas aplicáveis às estações satelitais terrenas de pequeno porte (VSats) se iguasse aquele relativo aos aparelhos de telefonia móvel.

A Companhia realizou nos dias 4 e 5 de novembro de 2021, durante o leilão do 5G, 100 MHz da faixa de frequência nacional de 3,5 GHz. Esse espectro tem prestação nacional e compromisso de levar o 5G em oestios com mais de 30 mil habitantes. No mesmo leilão também foram arrematados pela Companhia as frequências de 2,3 GHz nas regiões Norte, Sul, Centro Oeste, São Paulo e Triângulo Mineiro e dois blocos de 200 MHz Nacionais da frequência de 26 GHz. O 5G é considerado a nova geração das telecomunicações, viabilizando inovações tecnológicas como a evolução da internet das coisas, veículos autônomos e uso de realidade virtual. Incluindo o valor das licenças e os compromissos de investimento em cobertura e limpeza das faixas leiloadas, o investimento total no leilão atingiu R\$ 4,6 bilhões, sem contar as obrigações associadas ao uso das frequências, que deverão ser cumpridas no decorrer dos próximos anos, conforme regras estabelecidas no Edital publicado pela Anatel.

8 - RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizadas pela empresa Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. para a Claro Telecom e a empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para as suas controladas.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os auditores independentes e/ou suas partes relacionadas, que prestam serviço para a Claro Telecom e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

A política adotada atende aos melhores princípios de governança que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

Os auditores da Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. e Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas declararam à Companhia que estes outros serviços não relacionados com a auditoria: (i) foram prestados por equipes especializadas e totalmente distintas da equipe responsável pela realização dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e (ii) que não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, não existindo, portanto, quaisquer vínculos ou situações de fato que configurasse conflito de interesses que inviabilizaria o exercício da sua atividade de forma independente.

9 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia e suas controladas.

Para isso, a Claro dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Normas, Atas de Reunião e Código de Ética, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente.

Nosso Conselho de Administração é composto por 3 membros, todos eleitos em Assembleia Geral.

Em atendimento à Lei Sarbanes Oxley ("SOX"), a Companhia mantém nível adequado de controles internos e, na condição de investidor relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE (New York Stock Exchange), no cumprimento das exigências da Lei SOX.

A Administração da Claro avalia que a aplicação das exigências da SOX traz relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribui para a sedimentação da cultura de controles internos.

A Companhia conta com um Sistema de Compliance que tem como pilares o Código de Ética, a Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/2013 e a Lei Americana Anticorrupção FCPA e que reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional, bem como sua Missão, visão, valores e princípios que descrevem os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. Nosso programa visa prevenir, detectar e corrigir situações relacionadas a corrupção, prevenção a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, dentre outras, e tem sempre como objetivo a evolução e aperfeiçoamento constantes.

Periodicamente são treinados todos os colaboradores e parceiros comerciais nos aspectos éticos e de compliance/anticorrupção, visando promover e manter o alinhamento entre as partes no mais elevado padrão de relacionamento comercial.

A Companhia possui os Comitês de Ética e de Compliance que se reúnem periodicamente para avaliar questões operacionais e comportamentais, bem como denúncias apontadas pelo canal estabelecido.

10 - RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

A seguir descrevemos as principais frentes da Companhia nos campos Social e de Sustentabilidade.

10.1 - Instituto Claro e as ações de Responsabilidade Social Corporativa

O Instituto Claro é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça e é reconhecido pelo Department of Global Communications das Nações Unidas (DGC/ONU) com o selo de Status Associativo, que o classifica como uma entidade sem fins lucrativos que promove ações em concordância com a Carta das Nações Unidas. Essa conquista reforça o compromisso do Instituto Claro de contribuir localmente com os programas globais da ONU, a fim de promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

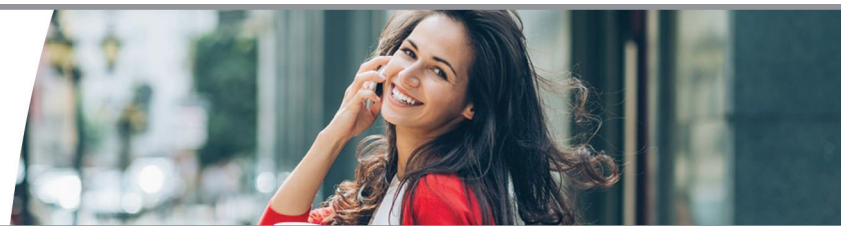
Alinhando serviços e ações sociais para criar experiências que possam transformar a vida das pessoas, o Instituto Claro acredita que conexão é uma palavra-chave para transformar o mundo. As tecnologias da informação e da comunicação conectam pessoas e comunidades, formando pontes para o conhecimento e para o entretenimento, e são também importantes ferramentas no desenvolvimento humano e social.

Os projetos e iniciativas do Instituto são direcionados para dois pilares, educação e cidadania, e seu portal traz cobertura aprofundada de questões relacionadas a estas áreas. Com conteúdo exclusivo, o Instituto Claro democratiza o acesso à informação de qualidade em diferentes formatos, como reportagens, podcasts e vídeos, e disponibiliza planos de aula gratuitamente



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.043.628/0001-13



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.693	12.179	1.738.910	533.253
Contas a receber, líquidas	5	-	-	6.117.610	4.832.497
Partes relacionadas	16	13.350	1.648	491.044	1.490.346
Estoque	6	-	-	409.679	414.074
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	18.384	13.393	1.218.853	1.125.706
Despesas antecipadas	8	-	-	1.288.408	1.163.258
Outros ativos contratuais	7	-	-	195.526	226.794
Ativo atuarial	17	-	-	120.495	135.928
Outros ativos	-	-	-	133.998	131.505
		40.427	27.220	11.714.523	10.053.361
Não circulante					
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	49.974	55.315	2.365.592	1.769.492
Tributos diferidos, líquidos	7.2	-	-	11.280.749	7.600.750
Partes relacionadas	16	-	-	1.000	-
Depósitos e bloqueios judiciais	15.1	551	887	3.948.262	3.285.828
Ativo atuarial	17	-	-	20	121.655
Despesas antecipadas	8	-	-	1.326.843	1.244.458
Outros ativos contratuais	7	-	-	14.456	17.977
Outros ativos	-	-	-	106.765	112.163
Investimentos	9	8.504.155	11.815.588	174.275	1.989.646
Imobilizado	10	-	-	47.193.028	40.871.061
Intangível	11	63.020	63.020	14.913.498	9.906.578
		8.617.700	11.934.810	81.324.488	66.919.608
Total do ativo		8.658.127	11.962.030	93.039.011	76.972.969
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	92	156	12.614.788	7.657.181
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	1.528.037	5.857.462	3.039.140
Obrigações fiscais, líquidas	14	2.411	1.204	1.569.534	677.388
Partes relacionadas	16	73.498	18.619	794.380	1.686.421
Passivo de arrendamento	18	-	-	2.333.592	1.490.911
Receitas diferidas	-	-	-	170.150	176.183
Provisões	15	-	-	446.630	475.353
Passivo atuarial	17	-	-	9.996	11.833
Outras obrigações	-	-	-	451.504	421.429
		76.451	1.548.016	24.248.036	15.635.939
Não circulante					
Fornecedores	12	-	-	1.568.029	824.294
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	-	5.654.615
Obrigações fiscais, líquidas	14	-	-	150.370	145.177
Partes relacionadas	16	2.050.388	485.218	36.383.332	19.019.421
Passivo de arrendamento	18	-	-	5.418.031	3.932.948
Provisões	15	-	-	9.055.183	8.098.461
Passivo atuarial	17	-	-	1.766.691	2.566.859
Receitas diferidas	-	-	-	211.491	106.172
Outras obrigações	-	-	-	454.609	323.584
		2.050.388	485.218	55.007.736	40.671.531
Total do passivo e patrimônio líquido		8.658.127	11.962.030	93.039.011	76.972.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)										
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Ganho (perda) em transações de capital	Lucro (prejuízo) acumulado	Outros resultados abrangentes		Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
						Ganho (perda) em transações de capital	Ganho (perda) em transações de capital			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.509.569	-	-	(709.674)	(70.207)	(308.048)	-	8.421.640	8.902.700	17.324.340
Reclassificação perdas em transações de capital	-	-	-	709.674	-	-	-	-	-	-
Saldos em 01 de janeiro de 2020 reapresentado	9.509.569	-	-	-	(70.207)	(308.048)	-	8.421.640	8.902.700	17.324.340
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.612.548	-	-	1.612.548	1.863.315	3.475.863
Efeitos de outras movimentações de controladas	-	-	-	-	(743)	-	-	(743)	(887)	(1.630)
Constituição de reserva legal (Nota 19)	-	77.080	-	-	(77.080)	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 19)	-	-	-	-	(14.645)	-	-	(14.645)	-	(14.645)
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.449.873	-	(1.449.873)	-	-	-	-	-
Perdas em transações de capital, líquidas (Nota 9)	-	-	-	(71.245)	-	-	-	(71.245)	-	(71.245)
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	-	-	(4.783)	-	(4.783)	(5.767)	(10.550)
Redução de capital (Nota 9)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.627)	(5.627)
Atualização do passivo atuarial, líquido (Nota 17)	-	-	-	-	-	(13.976)	-	(13.976)	(16.931)	(30.907)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 reapresentado	9.509.569	77.080	1.449.873	(71.245)	-	(326.807)	-	9.928.796	10.736.803	20.665.599
Reclassificação perdas em transações de capital	-	-	-	71.245	-	-	-	-	-	-
Saldos em 01 de janeiro de 2021 reapresentado	9.509.569	77.080	1.449.873	-	-	(326.807)	-	9.928.796	10.736.803	20.665.599
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.935.026	-	-	1.935.026	1.517.138	3.452.164
Perdas em transações de capital, líquidas (Nota 1 / II)	-	-	-	-	(168.421)	-	(5.460.460)	(5.628.881)	(5.353.523)	(10.982.404)
Efeito de cisão	-	-	-	-	726	-	-	726	-	726
Prescrição de dividendos	-	-	-	-	954	-	-	954	-	954
Constituição de reserva legal (Nota 19)	-	88.414	-	-	(88.414)	-	-	-	240	1.194
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 19)	-	-	-	-	(16.799)	-	-	(16.799)	-	(16.799)
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.663.072	-	(1.663.072)	-	-	-	-	-
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	14.645	-	-	-	14.645	-	14.645
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	-	-	3.164	-	3.164	3.723	6.887
Atualização do passivo atuarial, líquido (Nota 17)	-	-	-	-	-	293.657	-	293.657	347.570	641.227
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.509.569	165.494	3.127.590	-	-	(29.986)	(6.271.365)	6.531.288	7.251.951	13.783.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido básico e diluído por ações)					DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)				
	Notas	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita operacional, líquida	20	-	-	39.717.998	36.207.874				
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	21	-	-	(23.775.050)	(20.493.613)				
Lucro bruto	-	-	-	15.942.948	15.714.261				
Despesas comerciais	21	-	-	(7.636.889)	(6.969.586)				
Despesas gerais e administrativas	21	(765)	(275)	(3.029.301)	(2.599.974)				
Resultado de equivalência patrimonial	9	2.042.803	1.710.896	32.622	169.161				
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(1.970)	(1.350)	1.100.107	659.815				
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social	2.040.068	1.709.271	6.409.487	6.973.677					
Receitas financeiras	22	671	31.265	405.765	498.432				
Despesas financeiras	22	(105.713)	(127.908)	(5.824.969)	(4.477.715)				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.935.026	1.612.548	990.584	2.994.394					
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	-	-	(643.256)	449.771				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	-	-	3.104.836	31.698				
Lucro líquido do exercício	1.935.026	1.612.548	3.452.164	3.475.863					
Atribuível aos acionistas controladores	1.935.026	1.612.548	3.452.164	3.475.863					
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	1.517.138	1.863.315					
Lucro líquido básico e diluído por ação, em reais	19	0,00950	0,00792	-	-				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		1.935.026	1.612.548	3.452.164	3.475.863
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Ganho (perda) na atualização do plano de benefício		444.934	(21.176)	971.556	(46.829)
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho (perda) na atualização do plano de benefício		(151.277)	7.200	(330.329)	15.922
Outros resultados abrangentes líquidos reclassificados para resultado do exercício:					
Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior		3.164	(4.783)	6.887	(10.550)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		296.821	(18.759)	648.114	(41.457)
Total dos resultados abrangentes do exercício		2.231.847	1.593.789	4.100.278	3.434.406
Atribuível aos acionistas controladores		2.231.847	1.593.789	2.231.847	1.593.789
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	1.868.431	1.840.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas					
Vendas de serviços e mercadorias, líquidas de descontos, cancelamentos e devoluções		-	-	51.168.516	47.478.780
Provisão para perdas de crédito esperadas		-	-	(712.649)	(919.270)
		-	-	50.455.867	46.559.510
Insunhos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias e serviços vendidos		-	-	(7.625.453)	(6.778.299)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		378	(238)	(9.282.490)	(8.255.709)
		378	(238)	(16.907.943)	(15.034.008)
Valor adicionado bruto		378	(238)	33.547.924	31.525.502
Depreciação e amortização		-	-	(10.155.172)	(8.167.656)
Valor adicionado líquido gerado		378	(238)	23.392.752	23.357.846
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		2.042.803	1.710.896	32.622	169.161
Receitas financeiras		671	31.265	405.765	498.432
		2.043.474	1.742.161	438.387	667.593
Valor adicionado total a distribuir		2.043.852	1.741.923	23.831.139	24.025.439
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos		42	37	3.774.172	3.716.819
Impostos, taxas e contribuições		3.104	2.812	10.593.226	12.294.626
Remuneração de capitais de terceiros		105.680	126.526	6.011.577	4.538.131
Participações de não controladores		-	-	1.517.138	1.863.315
Remuneração de capitais próprios		1.935.026	1.612.548	1.935.026	1.612.548
Valor adicionado distribuído		2.043.852	1.741.923	23.831.139	24.025.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia" ou "Claro Participações") foi constituída em 27 de setembro de 2004, é sediada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.043.628/0001-13



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

• Redução de capital da Claro NXT no montante de R\$14.995, correspondente à totalidade da parcela cindida. Como consequência, houve o cancelamento de 14.995.203 quotas da Claro NXT, das quais 13.609.968 eram de propriedade da Claro e 1.385.235 de propriedade da MCCAWorld International ("MCCAWorld"). A eficácia desta operação ocorreu em 05 de fevereiro de 2021.

• Versão do acordo cindido para a Claro no montante de R\$13.610, proporcional à participação da Claro na Claro NXT em conexão com a redução do capital social da Claro NXT a qual não implicou em aumento do capital social nem alteração no número de ações de emissão da Claro.

• Aumento de capital da Claro no montante de R\$1.385 com a emissão de 6.227 novas ações ordinárias, todas individualmente subscritas pela MCCAWorld e integralizadas mediante a conferência da parcela do acordo cindido da Claro NXT de titularidade da MCCAWorld.

O acervo líquido cindido avaliado da Claro NXT está apresentado como segue:

Claro NXT - Acervo líquido cindido		Claro NXT - Acervo líquido cindido	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	111.782	Fornecedores	252.487
Contas a receber	42.044	Partes relacionadas	124.273
Tributos a recuperar	3.144	Obrigações fiscais, líquidas	35.981
Despesas antecipadas	52.290	Receitas diferidas	2.322
Outros ativos	88	Provisões	34.094
	209.348	Pessoal, encargos e benefícios	26.651
		Outras obrigações	3.850
		Passivo de arrendamento	285.237
			764.895
Não circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante
Tributos diferidos	233.314	Fornecedores	140.944
Tributos a recuperar	5.509	Partes relacionadas	149.876
Despesas antecipadas	92.942	Provisões	130.391
Imobilizado	459.691	Passivo atuarial	767
Intangível	1.131.077	Receitas diferidas	90.154
Direito de uso e arrendamento	891.337	Passivo de arrendamento	1.731.196
	2.813.870		2.243.328
	3.023.218	Total do passivo	3.008.223
			14.995

Em decorrência dessas operações, a Companhia reconheceu perda contábil no montante R\$5.628.642. Tais atos concluíram a consolidação das outorgas, frequências e atividades de SMP da Claro NXT na Claro.

ii. **Transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT:**

Em abril e junho de 2021, a Anatel aprovou, respectivamente, a operação societária referente à cisão parcial da Claro e a transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT, no contexto da Claro transferir os respectivos patrimônios e administrações do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e parte do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM (acesso à internet de Banda Larga) para a Claro NXT. Tal operação foi implementada através de uma série de movimentos financeiros e societários concluídos em 30 de junho de 2021, conforme descrito abaixo:

a) Em 14 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital da Claro NXT pela Claro no montante de R\$2.848.767 com a emissão de 41.207.119.117 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro e integralizadas da seguinte forma: (a) R\$1.641.211 em dinheiro; (b) R\$458.790 em direitos; e (c) R\$748.766 em ativos (direitos relacionados à propriedade dos transponders satélites do Satélite D-2).

b) Em 15 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Tvsat pela Claro NXT no montante de R\$748.766 com a emissão de 3.904.966.169 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro NXT e integralizadas com ativos (direitos relacionados à propriedade dos transponders satélites do Satélite D-2).

c) Em 24 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Claro NXT pela Claro no montante de R\$178.226 com a emissão de 2.578.026.589 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro e integralizadas mediante a conferência à Claro NXT da totalidade das quotas detidas pela Claro na Rey.

d) Em 25 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital social da Claro NXT no montante de R\$1.531.987, com a emissão de 22.160.030.293 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo todas as novas ações subscritas e integralizadas pela Americal S.A. ("Americal") mediante a conferência de títulos de crédito.

e) Em 29 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Claro NXT pela Americal no montante de R\$220.000 com a emissão de 3.182.277.726 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Americal e integralizadas da seguinte forma: (a) R\$87.410 em direitos; e (b) R\$132.590 em espécie.

f) **Cisão Parcial e Incorporação do acervo cindido da Claro na Claro NXT:**

Em 30 de junho de 2021 ("data da eficácia" da cisão), em AGE da Claro e da Claro NXT, foi aprovada a cisão parcial da Claro e a versão da totalidade da parcela cindida para a Claro NXT, operação a qual resultou em:

• Redução do capital social da Claro no valor de R\$49.702 equivalente à totalidade do acervo líquido cindido, avaliado em 30 de maio de 2021 ("data-base" da cisão), sem cancelamento de ações; e

• Aumento do capital social da Claro NXT no valor de R\$49.702, com a emissão de 718.925.610 novas ações ordinárias subscritas pelos acionistas da Claro (TST, EG Participações S.A., Companhia e outros) e realizadas mediante venda do acervo cindido da Claro.

A seguir, apresentamos um sumário do acervo líquido cindido vendido à Claro NXT:

As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais apuradas a partir da data-base até a data da eficácia da cisão, foram absorvidas pela Claro NXT conforme determinado pelo protocolo de justificação.

Claro - Acervo líquido cindido em 30 de junho de 2021		Claro - Acervo líquido cindido em 30 de junho de 2021	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	32.900	Outras obrigações	116.900
Estoques	78.068		116.900
Tributos a recuperar	214.630		
Despesas antecipadas	646.628		
Outros ativos	2.931		
	975.157		
Não circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante
Tributos diferidos	18.880	Partes relacionadas	13.022.541
Tributos a recuperar	350.141	Tributos diferidos	779.327
Despesas antecipadas	858.208	Provisões	5.861
Imobilizado	10.541.022		13.807.729
Intangível	1.235.816		
	13.004.067		
Total do ativo	13.979.224	Total do passivo	13.924.629
			54.595

Em decorrência dessas operações, a Companhia reconheceu ganho contábil no montante R\$486. Tais atos concluíram a transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC e dos patrimônios e administrações do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e parte do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM (acesso à internet de Banda Larga) da Claro na Claro NXT.

Operações Societárias 2020:

Aquisição Ustore

Em 19 de setembro de 2019, a controlada Claro adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore no montante de R\$24.000 (dos quais R\$22.847 refere-se ao ágio), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. O Acordo de Acionistas prevê uma opção de compra e venda com relação a totalidade das ações remanescentes exercíveis conforme os termos e condições previstos.

Em 31 de agosto de 2020, foi finalizado o laudo de Alocação do Preço de Compra (PPA - Purchase Price Allocation), da empresa Ustore pela controlada Claro, sendo do total do ágio foram alocados R\$9.812 ao Intangível e R\$3.336 ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo.

Ativos identificáveis adquiridos e ágio

De acordo com o IFRS 3 / CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os ativos adquiridos e passivos assumidos, foram reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição em laudo de avaliação financeira emitido por empresa de avaliação independente.

Valor justo reconhecido na aquisição

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber

Outros ativos

Ativo não circulante

Imobilizado

Intangível

Passivo circulante

Passivo não circulante

Total dos ativos identificáveis líquidos

Participação adquirida

Participação nos ativos identificáveis líquidos

Preço de aquisição

Ágio na aquisição de negócios

Não foram identificados outros ativos intangíveis que requereriam alocação pela controlada Claro.

Compra da operação de telefonia móvel - Serviço Móvel Pessoal do Grupo Oi:

Em 14 de dezembro de 2020 foi aprovada a proposta de compra da operação móvel do Grupo Oi ("UPI Ativos Móveis"), feita em conjunto pela controlada da Companhia, a Claro S.A. ("Claro"), Telefônica Brasil S.A. e a TIM S.A. ("Compradoras"). O valor de compra totaliza R\$16,5 bilhões (incluindo R\$756 milhões por ser para serem prestados no período de transição por até 12 meses pelo Grupo Oi às Compradoras), sendo a Claro responsável por R\$3,7 bilhões. Em 28 de janeiro de 2021 foi celebrado entre as Partes o contrato de compra e venda de ações e outras avenças relacionado à UPI Ativos Móveis. A consumação da aquisição pelas compradoras da UPI Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das Compradoras adquira ações de uma SPE (Sociedade de propósito específico) contendo sua parte dos ativos. O fechamento da aquisição está sujeito a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação e que estão previstas no contrato.

Autorizações e concessões em telecomunicações:

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de telefonia fixa de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso.

Linha 5G

A controlada Claro adquiriu faixas de rádio frequência através de leilão do 5G, realizado pela ANATEL em novembro de 2021. O valor total dessa licença foi de R\$4.645.098, registrado na linha de intangível em 31 de dezembro de 2021 (R\$900.000 em operação com e R\$3.745.098 em andamento), sendo: I. R\$1.589.808 referente aos valores: do bloco nacional de 100 MHz na faixa de frequência nacional de 3.5GHz, pelo valor de R\$270.160, lotes na faixa de frequência de 2,3 GHz nas regiões Norte, Sul, Centro Oeste, São Paulo e Triângulo Mineiro, pelo valor de R\$1.214.000 e dois blocos nacionais de 200 MHz na faixa de frequência de 26GHz, pelo valor de R\$105.648.

II. R\$2.104.458 referente à parcela de responsabilidade da Claro decorrente do contrato assinado junto à Anatel, em que as operadoras vencedoras deste leilão, tem que constituir em 18 de fevereiro de 2022, a Empresa Administradora da Faixa (EAF), a qual ficou responsável por implementar os projetos PAIS (Programa Amazônia Interconectada e Sustentável), a Rede Privativa Federal, bem como executar a limpeza e desocupação da faixa de 3.700MHz.

Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 2 parcelas corrigidas pelo IGP-DI (em 17 de fevereiro de 2022 foi paga São Paulo - Interior

III. R\$950.832 referente à parcela de responsabilidade da Claro decorrente do contrato assinado junto à Anatel, onde as operadoras vencedoras deste leilão, tem que constituir em 9 de março de 2022, a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE) para a faixa de 26GHz, com o objetivo de assegurar as condições necessárias à inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 5 parcelas corrigidas pelo IGP-DI (primeira parcela está previsto o pagamento para 8 de abril de 2022 e as demais semestralmente).

Em adição aos valores que serão pagos pelas licenças, os arrematantes assumem obrigações associadas ao uso das frequências, que deverão ser cumpridas no decorrer dos próximos anos, conforme regras estabelecidas no Edital publicado pela Anatel.

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pelas controladas da Companhia:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local (STFC local) Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço Móvel Marítimo (SMM) Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS) Serviço Limitado Especializado - Circuito e Rede Especializado (SLE)
Americal	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Claro NXT	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

A controlada Claro possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal ("SMP") por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos									
	450 MHz	850 MHz	900 MHz	1800 MHz ****	1900 - 2100 MHz ****	2500 MHz ***	700 MHz	2300 MHz	5G	5G
Acre	Out-2027	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Jul-2027**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Rondônia	Out-2027	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Jul-2027**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Tocantins	Out-2027	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Jul-2027**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Distrito Federal	-	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Jul-2027**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Mato Grosso	-	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Jul-2027**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Mato Grosso do Sul	-	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Jul-2027**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Goias	-	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Jul-2027**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Bahia	Out-2027	-	Dez-2032	Dez-2032	Dez-2032	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Sergipe	-	-	Dez-2032	Dez-2032	Dez-2032	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Alagoas	-	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Corá	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Parabá	-	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Piauí	-	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Pernambuco	-	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Rio Grande do Norte	-	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Paraná	-	Dez-2032	Dez-2032**	Dez-2032**	Dez-2032**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Paraná (Norte)	-	Dez-2032	Dez-2032**	Dez-2032**	Dez-2032**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Santa Catarina	-	Dez-2032	Dez-2032**	Dez-2032**	Dez-2032**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Rio de Janeiro	-	Abri-2028	Abri-2028	Abri-2028**	Abri-2028**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Espirito Santo	-	Abri-2028	Abri-2028	Abri-2028**	Abri-2028**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Rio Grande do Sul	-	Abri-2028	Abri-2028	Abri-2028**	Abri-2028**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
São Paulo - Capital	Out-2027*	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Agosto-2027	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
São Paulo - Interior	-	Mar-2028	Mar-2028	Mar-2028**	Mar-2028**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Minas Gerais	-	-	Abri-2035	Abri-2035**	Abri-2035**	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Triângulo Mineiro)	-	-	-	Abri-2033	Abri-2033	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Amazonas	Out-2027	Abri-2023	-	Dez-2022	Abri-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Maranhão	Out-2027	Abri-2023	-	Dez-2022	Abri-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Roraima	Out-2027	Abri-2023	-	Dez-2022	Abri-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Amapá	Out-2027	Abri-2023	-	Dez-2022	Abri-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041
Pará	Out-2027	Abri-2023	-	Dez-2022	Abri-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041

* Inclui código nacional 12.
** Alguns blocos vencem em abril de 2023.

*** Além do bloco nacional com vencimento em outubro, 2027 a Claro possui 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 20 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) possuem vencimento em agosto de 2031. (Depois de uma disputa na Anatel a Claro foi decretada vencedora de mais um lote E-8 do Edital com vencimento em junho de 2036).

**** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela controlada Claro, existem blocos em todo Brasil, com vencimento em junho 2026, exceto Municípios com o Código Nacional 34, 35 ou 37 (restrição não inclui Setor 3 do Plano Geral de Outorgas (PGO)) e municípios do Setor 22 e 25 do PGO, nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

***** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela controlada Claro, existem blocos em toda a Região I do PGO com vencimento junho 2026 e São Paulo Capital com vencimento julho 2031.

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços, objeto das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Os demais serviços de telecomunicações prestados pelas controladas da Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade de bens.

Direitos de exploração de satélite

Em setembro de 2020, foi deliberado, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"), o aumento de capital Tvsat pela TdB no montante de R\$830.816, oriundo de aumento de capital da controlada Claro na TdB, através de cessão de ativos imobilizados (transponders, estação terrena e outros) e transferência da titularidade dos direitos de exploração de satélites.

Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição orbital	Data de emissão	Vencimento
Extensão (renovação)	PVSS/SPV 007/2006	63°W, 65°W, 68°W, 70°W, 84°W - Banda C	01/01/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W - Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 12/2007	92°W - Banda C	13/11/07	12/11/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W - Banda Ku *	08/10/03	12/11/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W - Banda C e Ku	27/02/07	30/04/29
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70°W - Banda Ka e Ku (Planejado)	28/03/12	27/03/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84°W - Banda Ka e Ku	06/02/12	05/02/27

Análise sobre risco de continuidade operacional:

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$12.533.513 no consolidado. Do total do capital circulante líquido, R\$303.336 refere-se a valores com partes relacionadas. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte necessário para a continuidade das operações.

Pandemia da Covid-19 e seus impactos:

Neste ano de 2021 extremamente atípico e desafiador, marcado pela continuidade da pandemia da COVID-19, foi dado o seguimento ao funcionamento do Comitê de Crise (criado desde o início da pandemia em 2020) formado por membros da alta administração da Companhia com o objetivo de dar celeridade às avaliações e decisões sobre as medidas preventivas e necessárias à continuidade dos negócios, à manutenção de adequado relacionamento com stakeholders assim como à preservação da saúde, segurança e tranquilidade dos colaboradores e seus familiares.

Até o momento, a Companhia não sofreu nenhum impacto material na recuperabilidade de ativos e perda com recebíveis em sua operação. A Administração segue focada em adotar medidas visando atenuar os efeitos da pandemia aos clientes, fornecedores, parceiros, colaboradores e à sociedade de uma forma geral, assim como em tomar as medidas necessárias com o objetivo de manter a saúde financeira, a liquidez e capacidade operacional dos negócios.

2.



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.043.628/0001-13



☆ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2022 não terão impacto nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 22.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) a valor justo por meio de resultado. A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais. Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado; e (ii) a outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração dos resultados.

Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.
- O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.
- O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;
- Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards*, serviços de satélites e acessórios.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.

3.6. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados na rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 22. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

3.7. Estoques

Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6.

3.8. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

3.9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respaldando-se o regime de competência, conforme Nota 10.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.10. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos direitos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustadas por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devida pelo arrendatário em garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção, e pagamentos de multas pela rescisão no término do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que:

• Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início por que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

3.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear, descrito na Nota 11.

Incluem ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros e valores de fundo de comércio referentes às lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos).

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida

é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

3.12. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

a) **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

b) **Ativos Intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor recuperável de um ativo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo no tempo da transação e em ativos recentes com ativos semelhantes.

Avaliação de recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

• Receitas

Projetadas com base na realização do ano de 2021 e projeções orçamentárias para 2022, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrente da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.

• Custos e despesas operacionais

Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

• Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente. Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

• Taxa de desconto

Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

3.13. Tributação

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Tributo Federal.
- COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal.
- CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal.
- FUNTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.
- FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
- FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social.
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual.
- IOF - Imposto sobre Operações Financeiras - Tributo Federal.
- IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal.
- IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal.
- ISS - Imposto sobre Serviço Prestado - Tributo Municipal.
- PIS - Programa de Integração Social - Tributo Federal.
- PPNUM - Preço público relativo à administração dos recursos de numeração.
- TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento.
- TFI - Taxa de Fiscalização e Instalação.

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Posição de renda e contribuição social corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a imposto fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas e serviços

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas e serviços

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

</



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.043.628/0001-13



→ **continuação** **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020** (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.18. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.19. Reconhecimento de receita

As controladas oferecem pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados, internet e TV por assinatura, sendo o reconhecimento das receitas de serviços e venda de aparelhos distribuídas entre seus elementos. As controladas reconhecem as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Os pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto, a controlada Claro realiza a alocação do desconto e reconhece as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes. Uma parte adicional da receita é alocada nas receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial é reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato. As controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago.

As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

3.20. Subvenção e assistência governamentais

As controladas Claro, Claro NXT e Tvsat possuem benefícios fiscais advindos de subvenções e assistências governamentais que reduzem as bases do IRPJ e da CSLL.

A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos fiscais, em conformidade ao artigo 195-A da Lei 6.404/76, são destinadas para a reserva de incentivos fiscais que por consequência são excluídas do cálculo de dividendos obrigatórios, e utilizadas apenas para aumento de capital ou na absorção de prejuízos.

3.21. Resultado financeiro

Resenta juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.22. Participações de não controladores

Refere-se, principalmente, a participação de não controladores na controlada Claro.

3.23. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.24. Demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	8.633	2	554.935	172.493
Equivalentes de caixa (1)	60	12.177	1.183.975	360.760
	8.693	12.179	1.738.910	533.253

(1) Inclui valores com partes relacionadas no montante de R\$30.356 (R\$27.643 em 31 de dezembro de 2020) para o consolidado, com taxa média de 102,69%.

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 102,69%.

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	2021	2020
Venda de aparelhos celulares e acessórios	888.744	856.648
Serviços de voz, dados e outros	7.501.922	5.557.093
Administradoras estrangeiras	24.012	26.378
	8.414.678	6.440.119
Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.297.068)	(1.607.622)
	6.117.610	4.832.497

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2021	2020
A vencer	3.589.829	3.605.610
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.715.621	1.170.379
De 31 a 60 dias	509.584	310.900
De 61 a 90 dias	308.798	237.371
Mais de 90 dias	2.290.846	1.115.859
	8.414.678	6.440.119

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	1.607.622	1.796.608
Operações societárias (Nota 1.1)	757.936	—
Provisão constituída	635.088	664.678
Baixa de provisão (1)	(703.578)	(853.864)
Saldo final	2.297.068	1.607.622

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2021	2020
Estoques de aparelhos para revenda	278.167	316.417
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	121.208	98.460
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	151.981	30.938
Outros	15.829	17.078
	467.184	462.903
	(57.505)	(48.819)
	409.679	414.074

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	48.819	48.893
Provisão constituída	10.951	6.350
Baixas	(2.265)	(6.424)
Saldo final	57.505	48.819

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LÍQUIDOS

7.1 Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS a recuperar (1)	—	—	1.520.170	1.221.752
Imposto de renda retido na fonte (2)	—	1	858.621	920.027
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	38.293	37.293	251.035	233.273
PIS/COFINS (3)	—	—	828.666	459.105
CPMF pago indevidado (4)	30.065	31.414	30.065	31.415
Outros	68.358	68.708	3.584.445	2.895.198
	18.394	13.393	1.218.853	1.125.706
	49.974	55.315	2.365.592	1.769.492
	—	—	95.888	29.626
	68.358	68.708	3.584.445	2.895.198

7.2 Tributos diferidos, líquidos

Circulante
Não circulante
(1) Os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.
(2) Predominantemente são créditos de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações e receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002.
(3) A partir de 2021 a Claro NXT passou a ser consolidada pela controlada Claro (conforme nota 3.1). A Claro NXT possui em seus registros créditos referentes a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante atualizado R\$159.958 (R\$110.918 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$49.040 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro).
(4) Em 2021, a controlada Claro reconheceu créditos com trânsito em julgado referentes a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS no valor de R\$618.725 (R\$344.550 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$274.175 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro), em processo de habilitação perante a RFB. Foram reconhecidos no mesmo período créditos sem trânsito em julgado referentes a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS no montante de R\$11.521 (R\$5.437 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$6.084 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro).

(4) Trata-se de crédito decorrente de pagamento em duplicidade efetuado pela Companhia em 2009 em razão de ter efetuado pagamento espontâneo de débito CPMF incidente sobre operações simbólicas de câmbio. Isso porque, quando da realização do pagamento, a Companhia já se encontrava sob ação fiscal e, portanto, não poderia realizar qualquer pagamento de forma espontânea. Assim, concluída a ação fiscal, foi desconstruído o pagamento efetuado e lavrado ao do infragato. Posteriormente a Companhia efetuou o pagamento do débito exigido pelo ato de infração com o benefício instituído pela Lei nº 11.941/2009 e o valor pago durante a ação fiscal constituiu-se em crédito em favor da Companhia contra a Receita Federal.

7.3 Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	2021			2020		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais (1)	4.865.160	1.764.043	6.629.203	2.886.997	1.050.445	3.937.442
Provisão para perdas de crédito esperadas	681.801	245.448	927.249	701.505	252.542	954.047
Provisão para contingências	1.961.630	706.187	2.667.817	1.539.541	554.235	2.093.776
Tributos com exigibilidade suspensa	536.613	193.181	729.794	514.728	185.302	700.030
Crédito fiscal incorporado (2)	—	—	—	61.037	21.973	83.010
Plano atuarial	397.150	142.974	540.124	577.199	207.992	785.191
Varição cambial regime de caixa (3)	207.387	74.659	282.046	—	—	—
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	22.269	8.017	30.286	1.558	561	2.119
Efeitos de IFRS 16/CPC 06(R2)	259.387	93.379	352.766	84.519	30.427	114.946
Outras diferenças temporárias	904.732	315.783	1.220.515	640.774	230.678	871.452
	9.836.129	3.543.671	13.379.800	7.007.858	2.533.955	9.541.813
Passivo fiscal diferido						
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(25.724)	(18.915)	(6.809)	(25.724)
Plano atuarial	(93.371)	(33.614)	(126.985)	(98.419)	(35.431)	(133.850)
Ágio em aquisições (4)	(607.921)	(180.683)	(788.604)	(584.322)	(183.233)	(767.555)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(643.608)	(231.699)	(875.307)	(601.034)	(216.372)	(817.406)
Depreciação acelerada (5)	(20.021)	(7.207)	(27.228)	(7.905)	(3.258)	(29.863)
Inovação tecnológica (6)	(31.340)	(11.283)	(42.623)	(31.246)	(11.249)	(42.495)
Outras diferenças temporárias	(156.309)	(56.271)	(212.580)	(91.302)	(32.869)	(124.170)
	(1.571.485)	(527.566)	(2.099.051)	(1.447.196)	(493.867)	(1.941.063)
	8.264.644	3.016.105	11.280.749	5.560.662	2.040.088	7.600.750

(1) A controlada Claro NXT registrou um ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, fundamentada em estudo técnico de viabilidade mostrando provável realização futura de créditos fiscais, no montante de R\$1.569.911.

(2) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio vertido da incorporada NET. Conforme instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICPC09 (R1) emitido pelo CPC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica demonstrada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R\$975.023, em 31 de dezembro de 2014. Em agosto de 2021 foi finalizada a amortização do ágio.

(3) Em 2021 a Companhia passou a tributar o tributo de renda e contribuição social sobre os efeitos da variação cambial decorrente de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa.

(4) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Judicial Ltda., Big TV ESC 90 e BrTel.

(5) Depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018. Em setembro de 2020, os satélites foram transferidos para Tvsat visando realizado o passivo diferido da controlada Claro no montante de R\$82.262.

(6) Em 2019 e 2020 a Companhia utilizou o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% (2019) e 80% (2020) do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Entretanto tal benefício foi declarado somente na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") de 2019 e 2020, que ocorreu em setembro de 2020 e setembro de 2021.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.532.186	2.029.992	7.562.178
Constituição	405.040	145.659	550.699
Realização	(376.564)	(135.563)	(512.127)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.560.662	2.040.088	7.600.750
Operações societárias (Nota 1.1)	653.154	235.117	888.271
Reconhecimento de tributo diferido (1)	2.140.816	770.694	2.911.510
Constituição	302.075	102.854	404.929
Realização	(392.063)	(132.648)	(524.711)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.264.644	3.016.105	11.280.749

1) As controladas registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias, no montante de R\$2.359.595, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, que foram impactados especialmente por eventos relevantes de operações societárias (Nota 1.1/i.i.), e o reconhecimento adicional decorrente da não incidência do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre juros Selic no montante de R\$515.915 conforme nota 7.3.

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	Consolidado (*)
2022	1.574.537
2023	1.208.055
2024	1.585.280
2025	1.727.499
2026	1.136.302
2027	1.077.092
2028	1.144.725
2029 a 2031	3.916.310
	13.379.800

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

7.3. Créditos tributários

Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

O Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou, em 24 de setembro de 2021, o mérito do Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito. Em 29 de setembro de 2021 foi publicada a Ata de Julgamento e o acórdão publicado em 16 de dezembro de 2021.

Neste julgamento foi acolhida, por unanimidade de votos, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Tal decisão proferida no referido Recurso Extraordinário não sobreveio em julgado, sendo cabível, ainda, Embargos de Declaração que definirão a modulação dos efeitos da decisão.



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.043.628/0001-13



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Tvsat				Vida útil estimada em anos	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transfe-rências (1)	Cessão de ativos (2)	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2021
	2021	2020	2021	2020								
Resumo do Balanço Patrimonial:												
Ativo circulante	2.196.735		1.943.352									
Ativo não circulante	1.782.253		1.135.815									
Total do ativo	3.978.988		3.079.167									
Passivo circulante	564.293		776.370									
Passivo não circulante	156.912		184.958									
Patrimônio líquido	3.257.783		2.117.839									
Total do passivo e patrimônio líquido	3.978.988		3.079.167									
Resumo da Demonstração de Resultados:	2021		2020									
Receita operacional, líquida	1.347.356		1.487.515									
Custos e despesas operacionais	(1.040.869)		(1.254.359)									
Despesa financeira, líquida	(9.542)		(23.591)									
Imposto de renda e contribuição social	94.126		(9.662)									
Lucro líquido do exercício	391.071		199.903									

10. IMOBILIZADO
a) *Movimentação do imobilizado*

Custo	Saldo em 31/12/2019		Adições	Baixas	Transfe-rências (1)	Cessão de ativos (2)	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2020
	31/12/2019	31/12/2019						
Equipamentos de transmissão	72.212.719	813.709	(535.232)	3.637.296	(2.205.379)	-	73.923.113	
Infraestrutura	11.282.519	11	(39.631)	651.336	-	-	11.894.235	
Equipamentos de comutação	19.290.853	435	(58.533)	1.110.371	-	-	20.343.126	
Prédios	1.198.654	-	(838)	69.915	-	-	1.267.731	
Terrenos	437.477	-	-	893	-	-	438.370	
Outros ativos imobilizados	4.724.355	91.483	(13.405)	71.003	-	-	4.873.436	
Ajuste ao valor de realização	(1.358.457)	-	-	-	-	-	(1.358.457)	
Imobilizado em andamento (3)	5.397.922	6.151.252	(17.688)	(5.565.893)	(302)	-	5.965.291	
Imobilizado em operação e andamento	113.186.042	7.056.890	(665.327)	(25.079)	(2.205.681)	-	117.346.845	
Direito de uso em arrendamento (b)	6.943.912	-	-	-	-	184.790	7.128.702	
Total	120.129.954	7.056.890	(665.327)	(25.079)	(2.205.681)	184.790	124.475.547	

11. INTANGÍVEL
a) *Movimentação do intangível*

Custo	Saldo em 31/12/2019		Adições	Baixas	Transfe-rências (1)	Cessão de ativos (2)	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2020
	31/12/2019	31/12/2019						
Equipamentos de transmissão	15 e 25	(51.586.350)	(4.156.431)	450.471	91	1.374.865	-	(53.917.354)
Infraestrutura	5, 10, 12, 15, 20, 25 e 30	(7.507.137)	(460.395)	35.519	(111)	-	-	(7.932.124)
Equipamentos de comutação	3, 4, 5, 7, 10 e 15	(14.816.926)	(1.008.896)	40.535	(18)	-	-	(15.785.305)
Prédios	20 e 25	(851.821)	(28.214)	344	-	-	-	(879.691)
Outros ativos imobilizados	5, 13, 15 e 25	(4.140.649)	(269.259)	13.252	38	-	-	(4.396.611)
Ajuste ao valor de realização		1.347.363	2.051	-	-	-	-	1.349.414
Imobilizado em operação e andamento		(77.555.520)	(5.921.144)	540.121	-	1.374.865	-	(81.561.678)
Direito de uso em arrendamento (b)		(1.040.128)	-	-	-	(1.002.680)	(2.042.808)	(4.085.616)
Total		(78.595.648)	(5.921.144)	540.121	-	1.374.865	(1.002.680)	(83.604.496)

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR
12.1 **Fornecedores**
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços
Fornecedores diversos (1)
Interconexão e roaming
Cobilling

12.2 Outras contas a pagar
Fornecedores - cessão de direito (2)

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

(1) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação, bem como para o intangível.
(2) Referem-se aos bens cedidos pela TdB para aumento de capital na Tvsat, conforme Nota 1.
(3) Saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4.5G) e implantação da tecnologia fotônica na transmissão DWDM.

Custo	Saldo em 31/12/2020		Adições	Baixas	Transfe-rências (1)	Aquisição de empresas (2)	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2021
	31/12/2020	31/12/2020						
Equipamentos de transmissão	73.923.113	514.409	(792.963)	8.404.914	10.393.214	-	92.442.687	
Infraestrutura	11.894.235	7.632	(279.330)	1.311.987	801.477	-	13.736.001	
Equipamentos de comutação	20.343.126	333	(31.421)	1.481.848	711.097	-	22.504.983	
Prédios	1.267.731	-	(1.750)	(6.234)	107.451	-	1.367.198	
Terrenos	438.370	(40)	-	2.459	10.367	-	451.156	
Outros ativos imobilizados	4.873.436	115.417	(17.207)	129.804	301.268	-	5.402.718	
Ajuste ao valor de realização	(1.358.457)	-	-	-	(402.000)	-	(1.760.457)	
Imobilizado em andamento (2)	5.965.291	10.343.520	(3.776)	(11.138.348)	47.899	-	5.214.586	
Imobilizado em operação e andamento	117.346.845	10.981.311	(1.126.487)	186.430	11.970.773	-	139.358.872	
Direito de uso em arrendamento (b)	7.128.702	-	-	-	1.919.213	1.754.495	10.802.410	
Total	124.475.547	10.981.311	(1.126.487)	186.430	13.889.986	1.754.495	150.161.282	

(1) Representam transferências de imobilizado em andamento para a operação, bem como para o intangível.
(2) O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4G) e quinta geração (5G).

b) *Movimentação do direito de uso em arrendamento*
Incluem contratos de aluguel enquadrados na regra da IFRS 16/CP6 06 (R2). Referem-se principalmente à arrendamento de lojas, terrenos, espaço em torres de terceiros, infraestrutura de rede, dentre outros.

Custo	Saldo em 31/12/2020		Adições	Baixas	Transfe-rências (1)	Aquisição de empresas (2)	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2021
	31/12/2020	31/12/2020						
Equipamentos de transmissão	2, 3, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 15	(53.917.354)	(4.848.211)	675.864	14.907	(9.068.330)	-	(67.143.124)
Infraestrutura	5, 10, 12, 15, 20, 25 e 30	(7.932.124)	(551.322)	133.989	(200.080)	(750.776)	-	(9.300.313)
Equipamentos de comutação	3, 4, 5, 7, 10 e 15	(15.785.305)	(1.225.349)	31.179	(164.093)	(519.316)	-	(17.662.884)
Prédios	20 e 25	(879.691)	(29.829)	1.581	59.706	(107.451)	-	(955.682)
Outros ativos imobilizados	5, 13, 15 e 25	(4.396.618)	(271.018)	17.101	(3.537)	(273.521)	-	(4.927.593)
Ajuste ao valor de realização		1.349.414	57.897	-	-	283.809	-	1.691.120
Imobilizado em operação e andamento		(81.561.678)	(6.867.832)	859.714	(293.095)	(10.435.585)	-	(98.298.476)
Direito de uso em arrendamento (b)		(2.042.808)	-	-	-	(958.409)	(1.668.561)	(4.669.778)
Total		(83.604.486)	(6.867.832)	859.714	(293.095)	(11.393.994)	(1.668.561)	(102.968.254)

(1) Representam transferências de imobilizado em andamento para a operação, bem como para o intangível.
(2) O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4G) e quinta geração (5G).

b) *Movimentação do direito de uso em arrendamento*
Incluem contratos de aluguel enquadrados na regra da IFRS 16/CP6 06 (R2). Referem-se principalmente à arrendamento de lojas, terrenos, espaço em torres de terceiros, infraestrutura de rede, dentre outros.

Custo	Saldo em 31/12/2020		Adições	Baixas	Transfe-rências (1)	Amortização do direito de uso	Saldo em 31/12/2020
	31/12/2020	31/12/2020					
Equipamentos de transmissão	7	148.197	37.762	(28.807)	4.024	146.194	
Prédios	5	160.338	(23.781)	(41.636)	94.921	94.921	
Infraestrutura	3, 4 e 8	5.595.249	414.976	(1.152.467)	4.857.758	4.857.758	
Direito de uso em arrendamento, líquido		5.903.784	403.206	(1.221.096)	5.085.894	5.085.894	

(1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.
c) *Bens vinculados aos contratos de concessão*
Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, firmados na controlada Claro, estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões. Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

d) *Satélites*
Em virtude da operação de incorporação da Star One realizada em AGE em 18 de dezembro de 2018, a controlada Claro é sucessora legal de todos os bens, direitos e obrigações que compõem o acervo cindido.
Em 30 de julho de 2021, ocorreu lançamento do novo satélite Star One D2, que complementar a cobertura de Banda Ka do Star One D1, ampliando as ofertas de *backhaul* e banda larga para todo o território nacional. O Star One D2 também garantirá a continuidade dos serviços em Banda C e Ku do Star One C2. Fornece também capacidade em Banda X, para uso do Ministério da Defesa do Brasil. Com a Banda Ku, o satélite fornecerá capacidade de dados, vídeo e Internet para órgãos do Governo e grandes empresas de diversos setores das Américas do Sul e Central, incluindo o México, além de possibilitar a transmissão de sinais para TV em geral. O D2 poderá distribuir os sinais de TV aberta que deverão ser migrados da Banda C para Banda Ku, por conta da chegada do 5G. Em 30 de setembro de 2021, o satélite D2 foi transferido da rubrica de imobilizado em andamento para operação na rubrica de equipamento de transmissão no montante de R\$1.498.106.
Em setembro de 2020, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), o aumento de capital na Tvsat pela TdB no montante de R\$830.816 oriundo de aumento de capital da controlada Claro na TdB, através de cessão de ativos imobilizados (*transponders*, estação terrena e outros) e transferência da titularidade dos direitos de exploração de satélites, conforme Nota 1.

e) *Juros capitalizados*
A controlada Claro adota como prática capitalizar mensalmente os custos de empréstimos durante o período de construção de seus ativos qualificáveis (satélites), líquidos de receitas financeiras em conformidade com as práticas estabelecidas pelo CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos no montante de R\$184.295 em 2021 (R\$155.711 em 31 de dezembro de 2020).
f) *Revisão da vida útil*
A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que, a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.
g) *Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis*
A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicadores de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

Custo	Saldo em 31/12/2020		Adições	Baixas	Transfe-rências (1)	Mais-valia (2)	Saldo em 31/12/2021
	31/12/2020	31/12/2020					
Licenças de outorga	6, 15 e 20	(11.208.238)	(470.454)	-	-	-	(11.678.692)
Direito de uso de software	5	(3.856.392)	(477.604)	8.707	-	2	(4.325.287)
Ágio	-	(174.207)	-	-	-	-	(174.207)
Direito de uso de circuitos e de passagem	5, 12, 15, 20 e 30	(730.194)	(111.786)	-	-	-	(841.980)
Fundo de comércio	1	(92.161)	(83)	-	-	-	(92.244)
Outros ativos intangíveis	5, 10 e 20	(197.883)	(3.975)	-	-	-	(201.858)
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7, -6,7 e 10,75	(1.206.738)	(3.797)	-	-	-	(1.210.535)
Ajuste ao valor de realização		163.234	(1.067.699)	8.707	-	-	(905.762)
Total		(17.302.579)	(1.067.699)	8.707	-	-	(18.361.569)

(1) Representam transferências de intangível em andamento para operação, bem como o imobilizado para o intangível.
(2) Trata de mais-valia da Ustore, conforme Nota 1.

Custo	Saldo em 31/12/2020		Adições	Baixas	Transfe-rências (1)	Mais-valia (2)	Saldo em 31/12/2021
	31/12/2020	31/12/2020					
Licenças de outorga	6, 15 e 20	(11.208.238)	(470.454)	-	-	-	(11.678.692)
Direito de uso de software	5	(3.856.392)	(477.604)	8.707	-	2	(4.325.287)
Ágio	-	(174.207)	-	-	-	-	(174.207)
Direito de uso de circuitos e de passagem	5, 12, 15, 20 e 30	(730.194)	(111.786)	-	-	-	(841.980)
Fundo de comércio	1	(92.161)	(83)	-	-	-	(92.244)
Outros ativos intangíveis	5, 10 e 20	(197.883)	(3.975)	-	-	-	(201.858)
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7, -6,7 e 10,75	(1.206.738)	(3.797)	-	-	-	(1.210.535)
Ajuste ao valor de realização		163.234	(1.067.699)	8.707	-	-	(905.762)
Total		(17,302,579)	(1,067,699)	8,707	-	-	(18,361,569)

(1) Representam transferências de intangível em andamento para operação, bem como o imobilizado para o intangível.
(2) Trata de mais-valia da Ustore, conforme Nota 1.

Custo	Saldo em 31/12/2020		Adições	Baixas	Transfe-rências (1)	Mais-valia (2)	Saldo em 31/12/2021
	31/12/2020	31/12/2020					
Licenças de outorga	6, 15 e 20	(11.208.238)	(470.454)	-	-	-	(11.678.692)
Direito de uso de software	5	(3.856.392)	(477.604)	8.707	-	2	(4.325.287)
Ágio	-	(174.207)	-	-	-	-	(174.207)
Direito de uso de circuitos e de passagem	5, 12, 15, 20 e 30	(730.194)	(111.786)	-	-	-	(841.980)
Fundo de comércio	1	(92.161)	(83)	-	-	-	(92.244)
Outros ativos intangíveis	5, 10 e 20	(197.883)	(3.975)	-			



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.043.628/0001-13



—☆— **continuação** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

d) PIS/COFINS
As controladas Claro e Americeel possuem autuações de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$4.404.355 (R\$3.899.570 em 31 de dezembro de 2020), do qual R\$1.387.228 foi classificado como perda provável (R\$1.295.798 em 31 de dezembro de 2020) e R\$3.017.127 foi classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis (R\$2.603.772 em 31 de dezembro de 2020). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos:

A controlada Claro possui contingências de PIS e COFINS relacionadas à exclusão de receitas de interconexão da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R\$1.185.916 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.134.279 em 31 de dezembro de 2020), tendo sido constituída provisão no valor integral da contingência.

As controladas Claro e Americeel possuem ainda contingências fiscais relacionadas a glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo, no valor de R\$1.757.814 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.695.588 em 31 de dezembro de 2020). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

e) FUST/FUNTEL
As controladas Claro e Americeel possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST no valor de R\$3.167.923 atualizados em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.961.265 em 31 de dezembro de 2020), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como probabilidade de perda provável o montante de R\$378.759 atualizados em 31 de dezembro de 2021 (R\$372.198 em 31 de dezembro de 2020) e o restante como possível.

As controladas Claro, Americeel e TdB possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTEL no valor de R\$1.295.439 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.128.934 em 31 de dezembro de 2020), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTEL. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como probabilidade de perda provável o montante de R\$105 atualizados em 31 de dezembro de 2021 (R\$171 em 31 de dezembro de 2020) e o restante como possível.

f) Saldo negativo de IRPJ e Base Negativa de CSL/LULL
As controladas Claro e Americeel possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de Saldo Negativo de IRPJ, Base Negativa de CSL e ILL, no valor de R\$634.419 em 31 de dezembro de 2021, dos quais R\$213.644 são classificadas pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis (R\$205.152 em 31 de dezembro de 2020) e R\$429.275 como possíveis de perda em 31 de dezembro de 2021 (R\$444.729 em 31 de dezembro de 2020).

g) ISS
As controladas Claro e Americeel possuem contingências de ISS, substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS. Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$13.275 (R\$11.614 em 31 de dezembro de 2020) foi provisionado e R\$487.735 (R\$427.446 em 31 de dezembro de 2020) são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda.

h) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC
As controladas Claro e Americeel possuem contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública no valor de R\$1.142.472 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.002.515 em 31 de dezembro de 2020), do qual foi provisionado o valor de R\$1.020.077 (R\$996.856 em 31 de dezembro de 2020).

i) Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI"), Taxa de Fiscalização de Funcionamento ("TFE") e Taxa de Fiscalização de Estabelecimento ("TFE")
As controladas Claro e Americeel possuem contingência referente ao não recolhimento de TFI, TFE e TFE supostamente devidas no valor de R\$4.912.087 em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.366.090 em 31 de dezembro de 2020). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda.

j) Outras contingências tributárias
As controladas Claro e Americeel possuem outras contingências fiscais no valor de R\$293.799 no consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$99.355 em 31 de dezembro de 2020). Foi constituída provisão no valor de R\$21.866 no consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$7.187 em 31 de dezembro de 2020).

15.1.2 Contingências regulatórias, cíveis, ambientais, trabalhistas e previdenciárias
Incluem diversas demandas cíveis, ambientais e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$4.015.382, sendo R\$1.598.143 considerado como perda provável e R\$2.417.239 como possível (R\$1.020.942 considerado como perda provável e R\$2.077.476 como possível em 31 de dezembro de 2020).

Para as demandas cíveis, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$4.015.593, sendo R\$889.310 considerado como perda provável e R\$3.126.283 como possível (R\$775.923 considerado como provável e R\$2.371.876 como possível, em 31 de dezembro de 2020).

Para as demandas de consumidor, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$626.694, sendo R\$92.574 considerado como perda provável e R\$534.120 como possível (R\$63.850 considerado como perda provável e R\$466.295 como possível, em 31 de dezembro de 2020).

Para as demandas ambientais o valor envolvido em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$444.972, sendo R\$22.964 considerado como perda provável e R\$422.008 como possível (R\$10.998 considerado como perda provável e R\$236.855 como possível, em 31 de dezembro de 2020).

Para as demandas trabalhistas, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$2.348.533, sendo R\$1.003.713 considerado como provável e R\$1.344.820 como possível (R\$890.787 considerado como perda provável e R\$1.434.042 como possível, em 31 de dezembro de 2020).

Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) atestou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento expressivo aproximado dos valores contingenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na Taxa Referencial Diária (TRD).

As controladas Claro e Americeel possuem contingências referentes à exigência de contribuições previdenciárias, no valor atualizado de R\$234.878 em 31 de dezembro de 2021 (R\$180.998 em 31 de dezembro de 2020), das quais R\$20.249 (R\$466 em 31 de dezembro de 2020) foram classificadas como perda provável e R\$214.629 (R\$180.532 em 31 de dezembro de 2020) foram classificadas como perda provável pela Administração e seus consultores jurídicos.

15.1.2.1 Regulatórias
a) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas
a.1) Correção monetária
Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos. Se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor da indenização pode aumentar. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu provisão de R\$1.241.071 (R\$689.304 em 31 de dezembro de 2020) com risco provável.

a.2) MMDs
Em 16 de outubro de 2012, a controlada Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDs. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDs para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010.

Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDs, a controlada Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R\$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI.

Em julho de 2013 a controlada Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDs, por entender ilegal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a controlada Claro efetuou o depósito judicial de R\$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A controlada Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Durante o ano de 2016, a controlada Claro e algumas empresas parte Ré realizaram acordo pondo fim às disputas objeto da ação judicial em comento. Referidos acordos não implicam em reconhecimento de tese de uma parte à outra, estando os respectivos termos já homologados judicialmente. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2021, R\$107.957 como perda provável (R\$107.957 em 31 de dezembro de 2020).

b) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC
Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2021, R\$33.005 como perda provável (R\$30.884 em 31 de dezembro de 2020) e R\$152.171 como perda provável (R\$143.121 em 31 de dezembro de 2020).

c) Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas a autorização do SMP
Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas tendo a Administração e seus consultores jurídicos, avaliado, em 31 de dezembro de 2021, R\$271.880 (R\$248.361 em 31 de dezembro de 2020) como perda provável.

d) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)
Em decorrência de alegado descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente, tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$326.067 como perda provável e R\$2.063.443 como perda possível (R\$300.754 como perda provável e R\$1.934.354 como perda possível em 31 de dezembro de 2020).

e) CADE
Em 9 de março de 2021, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE emitiu parecer não vinculante recomendando multas contra a Claro Brasil, Oi Móvel AS, e Telefônica Brasil S.A., que constituíram o Consórcio Rede Correios para participação do Pregão Eletrônico 144/2015-Correios. As potenciais multas referem-se a uma ação movida pela British Telecom do Brasil contra as empresas participantes do Consórcio Rede Correios, alegando, em resumo, práticas anticompetitivas e dificuldades à participação da BT em licitação. O caso está sob análise do tribunal do CADE para uma decisão final, a qual poderá ser contestada em tribunais judiciais. A Administração da Companhia não concorda com a alegação da autora e pretende contestar a decisão final caso não nos seja favorável. O valor da multa pecuniária recomendada pelo Tribunal do CADE pode ser substancial, mas neste momento não podemos estimar razoavelmente o intervalo de perda possível relacionado ao processo.

15.1.2.2 Cíveis
a) Decreto (SAC)
Em 27 de julho de 2009, foi movida uma ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da controlada Claro, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e III da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/08. O valor envolvido é de R\$301.350 como perda possível. Em setembro de 2013, a controlada Claro foi condenada ao pagamento de R\$30.000, a título de danos morais coletivos. A controlada Claro, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como perda possível.

b) Disputa com terceiros
A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$889.310 como provável (R\$775.923 em 31 de dezembro de 2020) e R\$2.824.933 (R\$2.053.376 em 31 de dezembro de 2020), como perda possível.

15.2 Provisão para desmantelamento de ativos
As controladas Claro, Claro NXT e Americeel mantêm registradas provisões para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores atrelados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no consolidado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R\$56.446 (R\$207.391 em 31 de dezembro de 2020). E o montante de R\$63.860 no consolidado a crédito no passivo, na rubrica de outros passivos não circulante (R\$809.276 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	809.276	711.468
Operações societárias (Nota 1 i.)	131.148	—
Atualização monetária	(60.145)	102.733
Adições (baixas), líquidas	(196.419)	(4.925)
Total	683.860	809.276

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
16.1. Condições gerais
As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo.

Certas transações (coblling, longa distância, venda de equipamentos, fees referentes aos serviços prestados de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas conforme contrato de prestação de serviços, taxa cobrada pelo uso da marca "Claro" e outros), por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 1, a controlada Claro, junto com as demais operadoras adquirentes da Radiofrequência na faixa de 700MHz (através do leilão realizado em dezembro de 2014), constituíram em 2 de março de 2015 a Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD).

Conforme descrito na Nota 1, a controlada Claro junto com as demais operadoras adquirentes do leilão 5G constituíram a EAF e a EACE.

Conforme descrito na Nota 17, as controladas Claro, Claro NXT, Americeel, TdB e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto a Telos - Fundação Embraer de Segurança Social ("Telos").

Apresentamos a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

Natureza da transação	2021		2020		2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)		
AMX Argentina	(a) 97.196	—	482.058	—	175.681	158.724		
América Móvil Colômbia	(b) 278.174	118	62.794	195	632.908	601.370		
Amov Finance B.V.	(c) —	24.021.380	—	—	(1.804.156)	(785.172)		
NII International Mobile S.á.r.l Inc	(c) —	12.268.266	—	—	(316.950)	—		
América Móvil Peru (1)	(c) 2.979	5	2.560	890.042	(68.524)	383		
América Móvil S.A.B S.A.C. (2)	(c) —	—	—	17.647.631	—	—	(62.953)	
Embraer TVSAT Telecomunicações S.A. (3)	(c) —	—	614.041	1.393.793	—	—	—	
Claro Chile S.A.	31.919	136	8.718	85	29.050	17.398		
Telmex Chile Holding	47.203	—	19.981	—	37.276	(34.442)		
Claro TV S.A. de C.V.	1.224	—	6.831	—	4.782	(1.449.200)		
Procsia do Brasil Projetos e Construções ("Procsia")	78	30.073	22	19.337	(179.426)	(170.060)		
Claro Vídeo, LLC ("DLA")	—	15.930	69	14.336	(181.640)	(196.060)		
HITS do Brasil Serviços ("HITSS")	3.746	187.851	1.548	135.070	(282.095)	(216.281)		
Latam LLC	—	27.059	—	7.443	(41.938)	(35.343)		
Cablens do Brasil Ltda.	34	7.525	33	20.193	—	(4.589)		
Claro NXT Telecomunicações Ltda.	—	—	265.631	1.756	—	395.961		
Outras partes relacionadas	29.491	619.369	26.054	576.015	10.662	160.923		
Total	492.044	37.177.712	1.480.346	20.705.842	(1.984.350)	(1.619.341)		
Circulante	491.044	794.380	1.490.346	1.686.421	—	—		
Não circulante	1.000	36.383.332	—	19.019.421	—	—		

(1) Inclui também passivo de serviços de interconexão.
(2) Inclui também passivo de patrocínios.
(3) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados.

(a) Em 07 de março de 2008, a controlada Claro e a AMX Argentina, firmaram o contrato de licença para uso pela AMX Argentina de diversas marcas de propriedade da Claro, para uso da AMX Argentina no território argentino. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida pela AMX Argentina durante os trimestres. O prazo deste contrato foi de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.

(b) Refere-se a serviços de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas, prestados pela controlada Claro, conforme contratos de prestação de serviços e assistência técnica, com base em percentual calculado sobre as receitas operacionais das empresas assessoradas. Possuem vencimentos de 30 a 60 dias e não há incidência de encargos financeiros, incorrendo apenas atualização pela variação do dólar norte-americano. O prazo desses contratos é de um ano, renovável a cada término de vigência.

(c) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxes efetivas a.a.	Vencimento (1)	31/12/2019	Consolidado		31/12/2020
						Pagamentos (2)	Juros pagos (2)	
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	10,50%	14 de março de 2024	132.488	(128.398)	468	—
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	11,50%	15 de março de 2027	20.689.972	(127.724)	774.110	(20.123.515)
Claro	c.2)	Amov Finance B.V.	7,85%	15 de janeiro de 2021	414.150	—	10.594	(404.880)
Claro	c.3)	América Móvil Peru S.A.C.	11,50%	15 de março de 2027	—	—	67.669	861.118
Claro	c.3)	América Móvil S.A.B S.A.C.	11,50%	15 de março de 2027	—	(1.664.367)	(1.431.211)	19.262.397
Claro	c.3)	América Móvil S.A.B S.A.C.	7,85%	15 de janeiro de 2021	—	(404.880)	(6.746)	404.880
					21.236.610	(2.325.369)	(2.714.008)	18.499.274

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.
(2) Em 2020 e 2019, a controlada Claro liquidou juros e antecipou a liquidação parcial de alguns contratos de empréstimos.
(3) Em 30 de abril de 2020, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida, com a troca de credores dos empréstimos.

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxes efetivas a.a.	Vencimento (1)	31/12/2020	Captação	Consolidado		31/12/2021
							Pagamentos (2)	Juros pagos (2)	
Claro	c.3)	América Móvil Peru S.A.C.	11,50%	15/03/2027	890.001	—	(100.404)	75.097	—
Claro	c.3)	Amov Finance B.V.	11,50%	15/03/2027	—	17.549.177	(5.783.368)	(919.768)	1.207.341
Claro	c.3)	América Móvil S.A.B. de C.V.	11,50%	15/03/2027	17.609.273	—	(17.598.031)	(67.459)	56.217
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	2,54%	15/01/2026	—	2.109.000	—	(17.831)	25.370
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	2,54%	27/01/2026	—	135.038	—	(1.119)	1.470
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	2,54%	28/01/2026	—	135.550	—	(1.109)	1.460
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	2,82%	28/02/2026	—	277.775	—	(2.325)	2.815
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	3,14%	06/03/2026	—	568.010	—	—	2.615
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	3,14%	10/03/2026	—	579.600	—	—	5.331
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	2,54%	22/01/2026	—	272.960	(104)	(4.518)	6.555
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	2,82%	23/02/2026	—	273.640	(104)	(4.904)	6.587
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	4,90%	11/03/2030	—	5.306.743	—	—	76.700
Claro	c.6)	NII International Mobile S.á.r.l Inc	4,22% (*) (**)	29/03/2026	—	—			



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.043.628/0001-13



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

(ii) Plano de Contribuição Variável ("PCV"): As controladas Claro, TdB, Tvsat e Americel;
 (iii) Plano de saúde: controladas Claro, Claro NXT e Americel; e
 (iv) Plano Gerador de Benefício Livre ("PGBL"): controladas Claro e Americel.
 As controladas Claro e Americel oferecem plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função da Lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

À exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.
 Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Companhia possui obrigações, no passivo não circulante consolidado, que somavam R\$1.766.691 em 31 de dezembro de 2021. O montante de contribuições projetadas para o AMAP no exercício de 2022 é de R\$18.073.

Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social ("PREVIC"), a alteração do regulamento do PBD, e publicada no Diário Oficial no dia 02 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o art. 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano.

Em 31 de dezembro de 2021, a posição consolidada de participantes do PBD era: 1 ativo, 3.105 aposentados e pensionistas.
 As controladas Claro e Americel oferecem aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAUPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciários, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAUPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

O PCV foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 1% à 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário-base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2021, monta à importância de R\$9.996 no circulante e R\$1.680 no não circulante.

Em 20 de dezembro de 2018, a controlada Claro firmou o primeiro termo aditivo ao termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, prorrogando o vencimento do saldo devedor por mais 10 anos, passando a vencer em dezembro de 2028.

Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014.

As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento.

Em 31 de dezembro de 2021 a posição consolidada de participantes do PCV era: 6.470 ativos, 4.374 aposentados e pensionistas. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2022 é de R\$1.747.

O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano.
 Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados.

	2021			2020		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Ativo (passivo) de benefícios	(1.763.451)	(2.865.774)	(2.073.540)	(2.330.809)	(3.055.821)	(2.605.139)
Valor presente das obrigações atuariais	7.893	4.185.266	2.716.522	8.048	4.197.459	2.362.843
Valor justo dos ativos	(1.755.558)	1.319.492	642.982	(2.322.761)	1.141.638	(242.296)
Superávit (déficit) do plano	-	-	-	-	-	-
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	-	(1.198.997)	(652.415)	-	(884.054)	-
Plano de benefício ativo, líquido	-	-	9.433	-	-	242.296
Dívida contratada	-	-	(11.676)	-	-	(13.634)
Total do passivo atuarial	(1.755.558)	120.495	(11.676)	(2.322.761)	257.584	(13.634)

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	2021			2020		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	(2.330.809)	(3.055.821)	(2.605.139)	(2.363.686)	(2.729.098)	(2.107.453)
Operações societárias (Nota 1 i.)	(767)	-	(937)	-	-	-
Custo do serviço corrente	(17.320)	-	(676)	(22.387)	-	(734)
Custo dos juros	(168.703)	(189.964)	(162.805)	(162.150)	(181.761)	(142.815)
Ganho/perdas atuariais	693.211	21.536	520.474	(84.680)	(446.999)	(496.085)
Benefícios pagos para ativos do plano	60.937	358.475	175.543	302.094	302.037	141.948
Saldo final	(1.763.451)	(2.865.774)	(2.073.540)	(2.330.809)	(3.055.821)	(2.605.139)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	2021			2020		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	8.048	4.197.459	2.362.843	6.990	4.017.288	2.381.159
Operações societárias (Nota 1 i.)	-	-	807	-	-	-
Rendimentos sobre ativos do plano	595	258.872	147.096	(451)	267.331	162.143
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	(750)	272.186	377.369	9.785	360.603	(45.039)
Contribuições da patrocinadora	17.437	(184.776)	3.950	70.526	(145.726)	6.528
Benefícios pagos	(17.437)	(358.475)	(175.543)	(78.802)	(302.037)	(141.948)
Saldo final	7.893	4.185.266	2.716.522	8.048	4.197.459	2.362.843

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável) para os seguintes planos:

	2021			2020		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Operações societárias (Nota 1 i.)	-	-	807	-	-	-
Rendimentos sobre ativos do plano	595	258.872	147.096	(451)	267.331	162.143
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	(750)	272.186	377.369	9.785	360.603	(45.039)
Contribuições da patrocinadora	17.437	(184.776)	3.950	70.526	(145.726)	6.528
Benefícios pagos	(17.437)	(358.475)	(175.543)	(78.802)	(302.037)	(141.948)
Saldo final	7.893	4.185.266	2.716.522	8.048	4.197.459	2.362.843

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável) para os seguintes planos:

	2021			2020		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	-	-	807	-	-	-
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	807	-	-	-

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

Ano	2021			2020		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
2022	-	-	-	-	-	-
2023	-	-	-	-	-	-
2024	-	-	-	-	-	-
2025	-	-	-	-	-	-
2026	-	-	-	-	-	-
2027 a 2031	-	-	-	-	-	-

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2021			2020		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Custo do serviço corrente	(17.320)	-	(676)	(22.387)	-	(734)
Juros líquido passivo (ativo)	(168.108)	(11.621)	(15.709)	(162.601)	(18.990)	34
	(185.428)	(11.621)	(16.385)	(184.988)	(18.990)	(700)

Principais premissas atuariais utilizadas:
 a) Fatores econômicos

	2021		2020	
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde
Taxa de desconto	8,67% a.a.	8,51% a.a.	8,58% a.a.	8,67% a.a.
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Crescimento dos custos médicos	4,80% a a. 9,44% a.a.	3,25% a.a.	4,80% a a. 9,44% a.a.	3,25% a.a.
Crescimento dos custos médicos por faixa etária	-	-	-	-
Custo médico anual, aos 65 anos de idade (1)	RS 17.159	-	-	-

(1) Baseado na experiência do plano com participantes aposentados nos exercícios de 2020 a 2021.
 b) Fatores biométricos

	2021		2020	
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde
(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (2)	-	-	-
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	CSO 80	CSO 80	CSO 58	CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (2)	UP 84 Modificada (2)	Álvaro Vindas	-
(iv) Rotatividade	Nula	-	-	-

(2) Tábuas específicas por sexo.
 Análise de sensibilidade

As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

	2021		2020	
	AMAP e plano de saúde	PCV	PBD	AMAP e plano de saúde
Taxa de desconto	7,79% - 9,79%	7,58% - 9,58%	7,51% - 9,51%	7,79% - 9,79%
Crescimento dos custos médicos	-	-	-	-
Crescimento/redução de 1%	-	-	-	-

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:

	2021		2020	
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Taxa de desconto	1%	-1%	1%	-1%
AMAP e plano de saúde	2.682.141	(3.074.955)	2.834.230	(3.312.196)
PBD	1.676.144	(2.117.311)	2.067.718	(2.660.956)
PCV	1.934.407	(2.232.460)	2.376.425	(2.875.021)

A natureza dos investimentos dos planos está alocada como segue:

	2021			2020		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Ações	-	-	0,01%	-	-	5,55%
Fundos de investimento	-	-	94,35%	-	-	93,95%
Investimentos imobiliários	-	-	5,40%	-	-	-
Outros	-	-	0,24%	-	-	0,50%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO
 A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos.

Segundo a Deliberação CVM Nº 859 de 7 de julho de 2020, a qual aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, como expediente prático, a Companhia optou por não avaliar se o Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, que ocorreu com consequência direta da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento. Dessa forma, a Companhia e suas controladas reconheceram qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato como se não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	5.423.859	6.126.360
Operações societárias (Nota 1 i.)	2.042.793	-
Adições, líquidas (1)	1.755.547	374.257
Encargos financeiros	929.388	474.786
Pagamentos	(2.399.964)	(1.551.544)
Saldo final	7.751.623	5.423.859
Circulante	2.333.592	1.490.911
Não circulante	5.418.031	3.932.948

(1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.
 A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2021:

Valor	2021	2022	2023	2024	2025	2026
2022	2.488.076	-	-	-	-	-
2023	2.069.830	-	-	-	-	-
2024	1.650.465	-	-	-	-	-
2025	1.430.557	-	-	-	-	-
2026	868.599	-	-	-	-	-
Posterior a 2026	2.653.157	-	-	-	-	-
Valores não descontados	11.178.684	-	-	-	-	-
Juros embutidos	(3.427.061)	-	-	-	-	-
Saldo do passivo de arrendamento	7.751.623	-	-	-	-	-

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 a) Capital social
 Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$9.509.569, divididos em 203.583.506.268 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros
 1. Reserva legal
 Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal constituída no exercício foi até o limite de 20% do capital social realizado, de acordo com o limite legal societário. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.
 2. Reserva de lucros
 Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou a reserva de lucros no montante de R\$1.663.072 referente ao lucro líquido ajustado após dividendos a pagar e outros ajustes, e R\$14.645 de reversão de dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.449.873 referente ao lucro líquido ajustado após dividendos a pagar e outros ajustes).

c) Outros resultados abrangentes
 Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuariais no montante de R\$293.657 (R\$13.976 em 31 de dezembro de 2020) e reflexo de variação cambial sobre o investimento líquido no exterior no montante de R\$3.164 (R\$4.873 em 31 de dezembro de 2020).
 d) Dividendos mínimos obrigatórios
 O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária, após apropriação à reserva legal.
 Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu dividendo mínimo obrigatório de R\$16.799.

e) Resultado por ação

	2021	2020
Resultado do exercício atribuível aos acionistas da companhia:		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	1.935.026	1.612.548
Denominador (por lote de mil ações):	203.583.506	203.583.506
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.583.506	203.583.506
Lucro líquido básico e diluído por ação, em reais:		
Ação ordinária	0,00950	0,00792

A Companhia não possui nenhuma ação ordinária potencial que pudesse diluir o cálculo do resultado por ação.
 f) Destinação do lucro líquido
 Lucro líquido do exercício
 Constituição da reserva legal
 Dividendos mínimos obrigatórios
 Constituição da reserva de lucros

20. RECEITA OPERACIONAL, LÍQUIDA

Consolidado	
2021	2020
50.130.937	46.711.981
1.898.405	1.924.618
(11.450.518)	(11.270.906)
(834.917)	(1.115.491)
(25.999)	(42.328)
39.717.998	36.207.874

Receita bruta de serviços
 Receita bruta de aparelhos
 Deduções de vendas:
 Tributos
 Descontos
 Devoluções
 Receita operacional, líquida
 Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
 As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

||
||
||



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.043.628/0001-13



—☆ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

e) **Risco de crédito**
O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares ("dealers") e distribuidores de cartões pré-pago. A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.

O risco de crédito com relação às contas a receber dos serviços de telefonia móvel celular, TV por assinatura, internet banda larga e telefonia fixa é diversificado por conta da pulverização da base de assinantes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, visualizar o sinal de TV por assinatura e conectar à internet, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL. A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantêm limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.

A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.

f) **Risco de liquidez**
O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. Em 31 de dezembro 2021, a Companhia não tinha dívidas a longo prazo.

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

25. COMPROMISSOS

A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com capex, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de dezembro de 2021, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	Consolidado
2022	1.574.043
2023 a 2026	2.029.761
2027 a 2032	1.698.333
2033 a 2037	391.583
Total	5.693.720

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONTADOR
Oscar von Hauske Solís - Presidente do Conselho de Administração Roberto Catalão Cardoso - Membro Titular Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho - Membro Titular	José Antônio Guaraldi Félix - Diretor Presidente José Formoso Martínez - Diretor Roberto Catalão Cardoso - Diretor de Relações com Investidores	Ricardo Basso Gaino Gerente de Contabilidade - CRC - PR-040021/O-0-S-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Claro Telecom Participações S.A.**, São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro Telecom Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia e algumas controladas possuem registrado na rubrica de tributos diferidos ativos no montante líquido de R\$ 11.280.749 mil em 31 de dezembro de 2021, referentes à imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 7.2. A Companhia e suas controladas reconhecem estes tributos diferidos na extensão do lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia e suas controladas, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor das controladas e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes:

- Utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente;
- Utilização de especialistas em avaliação de projeção de lucros e perdas, para auxílio na avaliação das premissas e metodologia utilizadas pela Claro Telecom Participações S.A. nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos, bem como comparação de certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia; e
- Avaliamos a adequação das divulgações em notas explicativas da Companhia.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria aplicados e acima descritos, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como suas respectivas divulgações.

Imobilizado e intangível, incluindo ágio

A Companhia e suas controladas, de acordo com as Notas Explicativas nº 10 e nº 11, possuíam registrado, nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$ 47.193.028 mil e R\$ 14.913.498 mil, respectivamente, dos quais R\$ 3.595.662 mil são referentes aos ágios provenientes de diversas aquisições de negócios. Para o ágio com saldo de R\$ 3.595.662 mil, a Companhia e suas controladas executam anualmente o teste de redução ao valor recuperável. Para o ativo imobilizado com saldo de R\$ 47.193.028 mil e intangível com saldo de R\$ 14.913.498 mil, ambos com vidas úteis definidas, a Companhia e suas controladas efetuam o teste de redução ao valor recuperável quando há indicativos de que esses ativos não são realizáveis. O citado teste é efetuado com base em seu plano plurianual de negócios e projeções de fluxo de caixa futuro. As premissas utilizadas neste procedimento estão divulgadas nas Notas Explicativas nº 3.11 e nº 3.12 e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia e de suas controladas, desempenho do mercado no qual atua e determinados indicadores financeiros, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esses assuntos:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor das controladas e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes:

- Teste dos controles internos relevantes da Companhia e de suas controladas sobre o imobilizado e intangível, incluindo os controles internos sobre a redução ao valor recuperável e revisão das vidas úteis dos ativos;
- Envolvimento de profissionais especialistas em projeções financeiras para auxiliar com as análises sobre as projeções de fluxo de caixa futuro e com os testes de redução ao valor recuperável;
- Análise das projeções preparadas pela diretoria para determinar o valor recuperável destes ativos, que incluiu, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas e ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico-financeiro do ambiente nacional;

• Envolvimento de profissionais especialistas em avaliação de ativos na revisão de laudo elaborado por terceiros que suportaram a mudança de vidas úteis de certos grupos do ativo imobilizado, que incluiu, principalmente: i) análise dos dados históricos da Companhia e de suas controladas; ii) Recálculo da depreciação calculada pela diretoria da Companhia e de suas controladas e iii) confronto com os montantes reconhecidos contabilmente para os grupos de ativos que tiveram sua vida útil alterada;

• Avaliamos a adequação das divulgações em notas explicativas da Companhia.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria aplicados e acima descritos, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração adotados pela administração do Imobilizado e intangível, incluindo ágio, bem como suas respectivas divulgações.

Reconhecimento de Receita

O reconhecimento de receita da Companhia e de suas controladas envolve um alto grau de controle de tecnologia da informação para se assegurar de que todas as receitas de serviços prestados e de mercadorias vendidas tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas foi de R\$ 39.717.998 mil de acordo com a Nota Explicativa nº 20, e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 3.19. Tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a assecuração da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, o correto reconhecimento das receitas da Companhia e de suas controladas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor das controladas e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes:

- Teste dos controles internos da Companhia e de suas controladas: (i) do ambiente geral de controles de tecnologia da informação estabelecidos pela Companhia e de suas controladas, que incluem os controles internos sobre o gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas e (ii) controles automatizados estabelecidos pela diretoria relacionados ao processo de reconhecimento de receita, bem como, controles internos para assegurar a integridade dos relatórios extraídos dos sistemas que são utilizados para determinação do saldo contábil de receita de serviços a faturar;
- Análise do cálculo da estimativa da receita de serviços a faturar;
- Teste dos relatórios extraídos do sistema utilizados para cálculo da receita de serviços a faturar;
- Obtenção de confirmação junto assinantes e revendedores em 31 de dezembro de 2021 e exames de coleta subsequente;
- Exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- Avaliamos a adequação das divulgações em notas explicativas da Companhia.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria aplicados e acima descritos, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração das receitas, bem como suas respectivas divulgações.

26. SEGUROS

A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R\$1.828.431, abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

27. OUTRAS GARANTIAS

A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$18.817.820 em 31 de dezembro de 2021 (R\$13.349.216 em 31 de dezembro de 2020).

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aprovações do CADE e da ANATEL

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE, em deliberação ocorrida na 190ª Sessão Ordinária de Julgamento, aprovou a venda da UPI Ativos Móveis pela Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel") e Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi S.A.") para as Compradoras, sujeita à celebração e ao cumprimento de condicionantes previstos no Acordo em Controle de Concentrações. A decisão do CADE foi publicada no Diário Oficial da União (DoU) em 16 de fevereiro de 2022. Não obstante as aprovações do CADE e da ANATEL, esta última publicada no Diário Oficial da União (DoU) do dia 1º de fevereiro de 2022, o fechamento da Transação ainda está sujeito a verificação de condições precedentes adicionais que ainda não foram verificadas.

b) Debêntures

Em 27 de janeiro de 2022, a Companhia alterou a forma de pagamento dos juros da 2ª emissão privada de debêntures quirográficas (segunda emissão), no valor de R\$1.538.000, de pagamentos semestrais para juros a serem liquidados no final, junto com o principal em 27 de julho de 2024. Estas debêntures foram subscritas em sua totalidade pela controlada Claro NXT.

Em janeiro de 2022, a controlada Claro prorrogou de 2 para 3 anos, o vencimento da 10ª emissão de debêntures quirográficas (décima emissão), no valor total de R\$2.500.000, de 30 de janeiro de 2022, para 30 de janeiro de 2023. A remuneração foi ajustada para CDI + 1,35%, permanecendo inalteradas as demais condições. Os juros semestrais, no valor de R\$ 99.337 foram pagos em 30 de janeiro. As debêntures emitidas não têm garantia.

Em 28 de março de 2022, a controlada Claro realizou a emissão da 11ª debênture no valor de R\$4.250.000, pelo prazo de 2 anos e custo de CDI + 1,40% a.a.. Os recursos obtidos serão integralmente utilizados para promover o refinanciamento de dívida e capital de giro.

Passivos contingentes tributários

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de natureza tributária em diversas esferas. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15.1, o total de causas cuja probabilidade de perda provável é de R\$ 4.857.193 mil. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação da possibilidade de perda de cada processo, assim como a estimativa do valor de perda dos processos considerados com probabilidade de perda provável, e também da definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor das controladas e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes:

- Teste dos controles internos relevantes da Companhia e de suas controladas sobre os passivos contingentes tributários;
- Entendimento com a diretoria e seus assessores legais internos, sobre os processos em andamento, o status e as mudanças nas reivindicações mais significativas envolvendo a Companhia e suas controladas;
- Envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos externos e interno, contratados pela diretoria indagando quanto ao prognóstico em relação às causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada ação que a Companhia e suas controladas são partes envolvidas e confronto com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2021;
- Testes de validação aritmética dos montantes registrados pela Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021, comparativamente aos controles internos utilizados para apurar as estimativas para os processos em andamento cujo prognóstico foi considerado provável pela diretoria;
- Avaliamos a adequação das divulgações em notas explicativas da Companhia.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as provisões registradas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, bem como suas respectivas divulgações, estão representadas de forma aceitável.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Reapresentação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, originalmente apresentadas em 24 de março de 2021, estão sendo reapresentadas, para contemplar os efeitos da modificação da prática contábil no que tange aos saldos de ganhos e perdas em transações de capital, conforme requerido pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0
Fábio Torres Rodrigues
Contador CRC 1SP-251.343/O-6

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

